DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, sexta-feira, 3 de dezembro de 1971 — ANO IV - Nº 185

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO No. 1.871 DE 02 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971

Altera Cotas Trimestrais da Polícia Militar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item II do art. 20 da Lei no. 3.751, de 13 de abril de 1960 e o constante do processo no. 28.747/71,.....

DECRETA:

Art. lo. - Ficam alteradas, na forma do quadro anexo, as Cotas Trimestrais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971.

83o. da República e 12o. de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 1.871 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1 971. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

SITUAÇÃO ATUAL

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	4.780.032,57	6.311.501,63	6.386.152,20	6.803.779,60	24.281.466,00
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	415.221,72	842.800,00	1.171.978,28	942.000,00	3.372.000,00
OUTRAS DESPESAS	50.300,00	688.000,00	1.166.700,00	1.026.000,00	2.931.000,00
S O M A	5.245.554,29	7.842.301,63	8.724.830,48	8.771.779,60	30.584.466,00

SITUAÇÃO NOVA

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	T O T A L
PESSOAL.....	4.780.032,57	6.311.501,63	6.386.152,20	6.803.779,60	24.281.466,00
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	415.221,72	842.800,00	1.171.978,28	942.000,00	3.372.000,00
OUTRAS DESPESAS	300,00	688.000,00	716.700,00	1.526.000,00	2.931.000,00
S O M A	5.195.554,29	7.842.301,63	8.274.830,48	9.271.779,60	30.584.466,00

DECRETO No. 1.872 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1971.

Suspende os efeitos do artigo 3o. do Decreto no. 924, de 08 de janeiro de 1969.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 20. da Lei no. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do Decreto-Lei no. 82/66,

DECRETA:

Art. lo. - Ficam suspensos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da Publicação dêste Decreto, os efeitos do artigo 3o. do Decreto no. 924, de 8 de janeiro de 1969.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 03 de dezembro de 1971.

83o. da República e 12o. de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 1971

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei no. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar MIRMILON MENEZES DE MENDONÇA, Inspetor Sanitário, Nível 14, Matrícula no. 2 204 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe da Seção de Cobrança da Dívida Ativa, da 2a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral.

Distrito Federal, 01 de dezembro de 1971

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 1971

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei no. 3 751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, JOSÉ LUIZ MARTINS SOBRINHO, Escriturário, Nível 8, Matrícula no. 8506, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Chefe da Seção de Cobrança da Dívida Ativa, da 2a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral.

Distrito Federal, 01 de dezembro de 1971

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DECRETO DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20. VII, da Lei no. 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar FRANCISCO DE ASSIS MACHADO FORTUNA, Desenhista, nível 16-C, matrícula, 33.271, da Função em Comissão Símbolo FC-9, de Chefe da Seção de Registro e Fiscalização de Escolas do Departamento de Trânsito da Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DECRETO DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso 20, da Lei no. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no Decreto no. 1.460, de 28 de setembro de 1970,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, de José Maria Velho Cirne Lima da função em comissão, símbolo FC-2, de Secretário Particular do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DECRETO DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, e da Lei no. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE: dispensar, a pedido, Myriam Carlsson Eppinghaus da função em comissão, símbolo FC-8, de Secretária do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

DESPACHO

PROCESSO No. 10190l/71-GAG
INTERESSADO: GLAURA VILELA FREIRE NAVES
ASSUNTO: Of. no. 961/71 da Câmara dos Deputados solicitando a permanência da referida Professôra do Ensino Primário, matrícula no. 4986.

DESPACHO:

AUTORIZO A PRORROGAÇAO. Em, lo. /12/71

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O Chefe do Gabinete Civil do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7o., do Decreto no.... 1.270, de 13 de janeiro de 1970,

RESOLVE:

conceder à GENY DE MELO ALMEIDA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula no.... 9551, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotada no Gabinete do Governador, a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) do valor do respectivo nível, prevista pelo artigo 2o., do Decreto no. 1270, de 13 de janeiro de 1970,

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O Chefe do Gabinete Civil do Govêrno do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, do Decreto no. 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista o parecer da Comissão de Classificação e Acumulações de Cargos e a autorização do Governador do Distrito Federal exarada no Processo no. 101.813/71-GAG, publicado no "Distrito Federal" no. 181, de 26 de novembro de 1971,

RESOLVE:

determinar, nos têrmos do Decreto "N" no. 618, de 12 de janeiro de 1967, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, até 31 de dezembro de 1971, a Miriam Freitas Costa, Escrevente-Datilógrafa, nível 07, matrícula no. 12.270, exercendo a função em comissão, símbolo FC-10, de Secretária-Datilógrafia do Gabinete do Governador do Distrito Federal, a partir de lo. de dezembro de 1971.

Distrito Federal, 02 de dezembro de 1971

CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

ASSESSORIA TÉCNICA

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971.

O CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições legais, e atendendo determinação de Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal,

RESOLVE:

1- Fica instituido um Grupo de Trabalho para proceder ao levantamento de dados gerais nas diversas Administrações Regionais do Distrito Federal.

II- Designar os servidores JOAO ALFREDO REVERBEL BENTO PEREIRA, PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA, ANTONIO CARLOS GUIMARAES DIAS, ALFREDO FELIPE DA LUZ SOBRINHO, JORGE AUGUSTO REVERBEL BENTO PEREIRA para, sob a presidência do primeiro, integrarem o grupo de trabalho a que se refere o item I da presente Ordem de Serviço.

Brasília, 02 de dezembro de 1971

ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY
Chefe da Assessoria Técnica

DEPARTAMENTO DE TURISMO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SERVIDOR: MARIA DA PAZ MELO SOUTO
MATRÍCULA. 5355
ASSUNTO: Licença Médica
DESPACHO: Relevo as faltas de acordo com os Arts. 93 97 da Lei 1 711 de 28.10.52, concedida no período de 23.11.71 a 02.12.71.

SERVIDOR: JOSÉ DE MAURO E SILVA
MATRÍCULA: 9315
ASSUNTO: Licença Médica
OBS: Relevo as faltas de acôrdo com os Art.s 93-97 da Lei 1711 de 28.10.52, concedida no período de 17.11.71 a 30.11.71

SERVIDOR: José de Mauro e Silva
MATRÍCULA: 9315
ASSUNTO: Prorrogaçao de Licença Médica
DESPACHO: Relevo as faltas de acôrdo com os Arts. 93, 97 da Lei 1 711 de 28-10-52, concedida no período de 01.12.71 a 31.12.71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 1971.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo lo., inciso VI, do Decreto "E" no. 340 de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

DESIGNAR, MARIA DE NAZARETH LIMA MELO, Escrevente-Datilógrafo, nível 07, matrícula no. 8 847, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Secretário-Datilógrafo, Símbolo FC-10, da Coordenação do Sistema de Pessoal desta Secretaria, no período de 02 a 31 de dezembro do corrente ano.

Brasília, 2 de dezembro de 1971.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO No.: 20.183/71
ASSUNTO: Sindicância.

A Coordenação de Serviços Públicos, da Secretaria de Serviços Públicos, comunicou o desaparecimento de 30 (trinta) lâmpadas de 100 W, ocorrido entre os dias 19 e 20 de julho do corrente ano (fls.1).

Realizada sindicância sôbre o assunto, nada se apurou, não tendo sido identificado o responsável ou responsáveis pelo desaparecimento, conforme relatório de fls. 35/36.

Assim, determino o arquivamento do processo.

Brasília, 23 de novembro de 1971
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 16 123/65
INTERESSADA: MARIA DIAS FERNANDES BIRNBAUM
ASSUNTO: Acumulação de Cargos

No corrente ano, o Serviço de Cadastro Funcional, da Coordenação do Sistema de Pessoal, ao reexaminar o tempo de serviço averbado pela servidora MARIA DIAS FERNANDES BIRNBAUM, Orientadora de Ensino Médio, Código MG 1.02.19, matrícula no. 3 155, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, constatou a ocorrência de acumulação no período de 15 de fevereiro a 26 de setembro de 1963, assim distribuída:

a período de 15/02/63 a..... 31/05/63 - acumulação do cargo de Assistente Técnico de educação, do Estado de Goiás, com o emprêgo de Professôra de Ensino Elementar, da Fundação Educacional do Distrito Federal;

b) período de 01/06/63 a ..... 26/09/63 - acumulação do cargo de Assistente Técnico de Educação, do Estado de Goiás, com outro de Professor de Ensino Elementar, da então Prefeitura do Distrito Federal.

A Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, criada pelo Decreto "N" no. 472, de 27 de dezembro de 1965, apreciou a acumulação e, entendendo-a ilícita, por incompatibilidade de horários, opinou pela instauração de inquérito administrativo para os efeitos do art. 193, da Lei nó. 1 711, de 28 de outubro de 1952 (apuração da boa ou má fé da acumulação para os efeitos disciplinares).

Do exame dos autos verifica-se que a servidora, quando funcionária pública do Estado de Goiás, onde ocupava o cargo de Assistente Técnico de Educação, foi contratada pela Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o emprêgo de Professôra de Ensino Elementar, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esta situação perdurou à partir de 15 de fevereiro de 1963, data da contratação, até 9 de setembro de 1963, data da edição do Decreto no. 238/63 e época em que passou à condição de funcionária pública do Distrito Federal.

A acumulação de cargos ocorreu no período de 9 a 26 de setembro de 1963 e dentro do prazo concedido pelo Decreto no. 238/63 para a apresentação do comprovante do pedido de exoneração, caso o interessado ocupasse outro cargo público.

Convêm salientar que o instituto da acumulação à época, estava regido pelo art. 185, da Constituição Federal de 1946, da Lei no. 1 711/52, artigos 188 e 193, êstes regulamentados pelo Decreto no. 35 956, de 2/8/54, com a alteração objeto do Decreto no. 36 479, de 19 de novembro de 1954,

A dualidade empregatícia não pressupõe a acumulação de cargos, pois êstes, à época, estavam expressamente definidos no art. 2o., do Decreto no. .... 35 956/54, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 1o. do Decreto no. 36479/54, VERBIS:

"Art. 2o. - A expressão "cargo", para os efeitos dêste Decreto, compreende os cargos públicos criados por lei, as funções de extranumerários de qualquer modalidade e tôdas as outras que hajam sido instituídas com denominação própria, número determinado e retribuição certa pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, na administração centralizada ou na autarquia, em sociedade de economia mista e emprêsas incorporadas ao patrimônio público".

Depreende-se do exame dêste preceito, que o emprêgo em Fundações não constituía CARGO para os efeitos de acumulação, do que se conclui que no período compreendido entre 15 de fevereiro a 9 de setembro de 1963, não havia acumulação de cargos e sim dualidade empregatícia, cuja apreciação não interessa à Administração. Ora, o exercício de um cargo público concomitantemente à ocupação de um emprêgo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, numa das Fundações do Distrito Federal, não era defeso.

Considerando que a servidora durante o período em que mantinha vínculo empregatício com a FEDF, cumpria normalmente a sua jornada de trabalho, nada tinha a instituição que indagar sôbre a situação da servidora junto a terceiros.

O período compreendido entre 1o. de junho a 9 de setembro de 1963, não constituiu acumulação , pois, apenas os efeitos financeiros do enquadramento tiveram efeitos retroativos e não as condições de funcionário público, os seus direitos e as proibições vinculadas ao exercício do cargo.

Consequentemente, a capacidade da Administração de exercer o seu regime disciplinar, sòmente passou a ser viável a partir do têrmino do prazo concedido para o preenchimento dos requisitos básicos constantes do Decreto no. 234/63, por parte dos enquadrados, pois, caso isto não ocorresse, haveria a possibilidade de a Administração retornar os servidores, condicionalmente enquadrados, ao regime da CLT.

No período compreendido entre 1o. a 27 de setembro de 1963, a servidora foi envolvida numa acumulação, onde nenhuma participação tivera: ao contrário, dentro do mais curto espaço de tempo possível providenciou a exoneração do cargo que ocupava em Goiás, evitando a permanência da situação por mais tempo que o necessário.

Na Edição do Decreto no. 238/63, a Administração estava ciente da possibilidade de ocorrências desta natureza, tanto assim que abriu um prazo razoável para que fôssem apresentados "a prova de ter solicitado exoneração de cargo ou função que vinha (o enquadrado) ocupando no serviço público federal, estadual ou municipal, na administração centralizada ou não, nas Fundações ou em qualquer outra qualquer entidade vinculada à Prefeitura do Distrito Federal" e a "declaração formal de que não incidirá" (o enquadrado) em acumulação proibida". Ora, o prazo de 60 dias foi aberto justamente porque a Administração conhecia da existência de dualidade empregatícia que, com o enquadramento, poderiam transformar-se em acumulações de cargos.

Indagar da aplicação do art. 193 e seu parágrafo único, da Lei no. 1 711/52, para, através de inquérito, apurar-se a boa ou má-fé de dualidades empregatícias ou possíveis acumulações de cargos, ocorridas no período de 1o. de junho a 8 de novembro de 1963, decorrentes da aplicação do Decreto no. 238/63 é despiciendo, pois, se houveram foram com o consentimento da Administração, nada havendo que se perquirir a respeito do elemento subjetivo de tais fatos sòmente válido em casos de omissões após o têrmo final do prazo concedido.

A situação da interessada é semelhante a de todos os ex-empregados das Fundações, abrangidos pelo art. 43, da Lei no. ... 4242, de 17.7.63, e enquadrados pelo Decreto no. 238, de 9.9.63. Idêntica também é a situação dos ex-contratados, que foram transformados em extranumerários-mensalistas, através do Decreto no. 234, de 12 de junho de 1963. Antes dêsse enquadramento, não há falar em acumulação de cargos, vez que eram apenas "contratados" por tempo certo e não exerciam qualquer "cargo" conforme definição contida no artigo 1o., do Decreto no. 36.479/54.

Após o enquadramento, os ex-contratados tiveram o prazo de 120 (cento e vinte) dias para regularizarem suas situações, inclusive para se exonerarem de qualquer cargo ou função que vinham ocupando no serviço público federal, estadual ou municipal, conforme o disposto nos artigos 3o. e 4o., do citado Decreto no. 234/63.

Assim, só se há de considerar em acumulação aquêles que deixaram de cumprir, no prazo assinado, os requisitos estabelecidos no aludido art. 3o., do Decreto no. 234/63.

Ao expedir essas normas, a Administração consentiu e relevou expressamente as acumulações de cargos porventura decorrentes do enquadramento, fixando um prazo para as suas regularizações.

CONCLUSÃO:

Pelos fundamentos acima expostos, entendo:

I - que inexiste acumulação de cargos dos ex-empregados das Fundações, até 9 de setembro de 1963, data do Decreto no. 238/63;

II - que inexiste igualmente acumulação de cargos dos ex-contratados da então PDF, até 12 de junho de 1963, data da edição do Decreto no. 234/63;

III - que a Administração consentiu e relevou as acumulações ocorridas pelos ex-empregados das Fundações, durante o período de 9 de agôsto a 8 de novembro de 1963, prazo fixado para cumprir os requisitos do art. 3o., do Decreto no. 234/63 (Decreto no. 238/63, art.3o.);

IV - que a Administração consentiu e relevou as acumulações ocorridas pelos ex-contratados da então PDF, durante o período de 12/6/63 a 11 de outubro de 1963, prazo fixado para o cumprimento dos requisitos do art. 3o., do Decreto no. 238/63 (art. 4o.).

V- que não se justifica a instauração de processo administrativo para apurar a boa ou má-fé para as acumulações nos períodos acima referidos, tendo em vista os entendimentos estabelecidos nos itens anteriores;

VI- que, nos casos previstos nos itens I e II, o tempo de serviço deverá ser averbado, descontando-se, se fôr o caso, o período coincidente.

Brasília, 24 de novembro de 1971
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 29 482/71
INTERESSADO: MARIA MERCÊS LEITE DE OLIVEIRA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material de acôrdo com o plano de aplicação de fls. 02, pela servidora MARIA MERCÊS LEITE DE OLIVEIRA, consignatária do adiantamento no valor de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Em, 2 de dezembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 28 191/71
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: AQUISIÇAO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado às fls. 06, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma EDITÔRA GRÁFICA ALVORADA LTDA, no valor de Cr$ 920,00, (novecentos e vinte cruzeiros).

Em, 2 de dezembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

Proc: 28 003/71
Fls. 21
PROCESSO: 28 003/71
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: HOMOLOGO, em fundamento no art. 34, do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços no. 67/71-TP-SEA, no valor de Cr$ 56.811,20 (cinquenta e seis mil oitocentos e onze cruzeiros e vinte centavos), de acôrdo com a decisão de fls. 20, da Comissão de Licitação.

Em, 2 de dezembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO : 708 194/71
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso I, alínea "f", do Decreto no. 1.703, de 31/05/71, combinado com o art. lo., inciso II, do Decreto "E" no. 340, de 12/12/67, alterado pelo art. lo. do Decreto no. 1.718, de 16/06/71, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios diretamente da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB, no valor de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), pela servidora HEIDA FARANI VIEIRA, consignatária do presente adiantamento, e ainda, com base no art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no.. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para compra do material, porém, de outros fornecedores até a importância de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Em, 30 de novembro de 1971
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 840 491/71
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - IV - BRAZLÂNDIA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado às fls. 08, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - SERVIÇO ESPECIAL DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO - SERMA; no valor de Cr$ 690,50 (seiscentos e noventa cruzeiros e cinquenta centavos).

Em, de dezembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 822 304/71
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado às fls. 05, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma J.J. SABRIA LTDA, no valor de Cr$..... 272,00 (duzentos e setenta e dois cruzeiros).

Em, 30 de novembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 101 792/71
INTERESSADO: GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado às fls. 07, bem como autorizar a emissão de Nota de Empenho a favor da firma DIMAS DE MELO PIMENTA S/A, no valor de Cr$ 313,20 (trezentos e treze cruzeiros e vinte centavos).

Em, 30 de novembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO : 25 291/71
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MA-

TERIAL
DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso II, alínea "c", do Decreto no. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para, aquisição do material relacionado às fls. 05, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma TIRADENTES MÉDICO- HOSPITALAR LTDA; no valor de Cr$580.00 (quinhentos e oitenta cruzeiros).

Em, 30 de novembro de 1971.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, do Serviço de Administração, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" no. 428, de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta da O.I. no. 05/71 CSRP-SEA,
RESOLVE:
I - remover PAULO FERRO COSTA, Assistente de Administração, nível 17-A, matrícula no. 01 925, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade, para a Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração;
II - colocá-lo à disposição do Centro de Redistribuição de Pessoal (CERP), da Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.
Brasília, 24 /11/71
MARIA DE LOURDES C. DE CASTILHO
Chefe da Seção do Pessoal da Secretaria de Administração

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, do Serviço de Administração, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" no. 428, de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta a ORDEM DE SERVIÇO - DP, de 18.11.71,
RESOLVE:
Mandar MARIA ALVES GUIMARÃES, cargo Escrevente-Datilógrafo, nível 07, matrícula no..... 12 244 do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício no Centro de Seleção e Treinamento, desta Secretaria.
Distrito Federal, 19 de novembro de 1 971.
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção do Pessoal da S.L.A.

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DO PESSOAL, do Serviço de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Decreto "N" no. 428 de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta da O.I. no. 331/71-DP-SEA,
RESOLVE:
remover RAIMUNDO ARAUJO BORGES IRLAT, nível 10-B matrícula 11.963, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do (a) Divisão de Serviços Gerais, para o (a) COORDENADOR DO SISTEMA DE PESSOAL (S.R.F. - DIV. DO PESSOAL), desta Secretaria.
Distrito Federal, 11 de novembro de 1 971.
ANTONIO MARDONIO RIBEIRO
Chefe da Seção do Pessoal da SEA
Substituto
Divisão de Documentação

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, do Serviço de Administração, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" no. 428, de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta a ORDEM DE SERVIÇO-DP, de 27.10.71,
RESOLVE:
Mandar VILMA CARDOSO DA SILVA, cargo Professôra do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula no. 8570, do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coordenação do Sistema de Racion. e Produtividade (Bibl. Central) desta Secretaria.
Distrito Federal, 10 de novembro de 1 971
ANTONIO MARDONIO RIBEIRO
Chefe da Seção do Pessoal da SEA
Substituto
Divisão de Documentação

ORDEM DE SERVIÇO
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, do Serviço de Administração, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" no. 428, de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta C.I. no. 236/71-SP-SES.
RESOLVE:
Mandar NILDA DOS REIS SILVA, cargo Escrevente-Datilógrafa, nível 07, matrícula no. 08859, do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 08 de novembro de 1 971
ANTONIO MARDONIO RIBEIRO
Chefe da Seção do Pessoal da SEA
Substituto
Divisão de Documentação

Mat. no. 12495
Servidor: Luiz Pereira da Silva
Período: 27/10/71 à 15/12/71
L. Médico: 1138/71-SM.
CONCESSÃO PRORR. LIC. TRAT. SAUDE ARTS. 93 E 97 DA LEI No. 1 711.
Mat. no.: 02102
Servidor: João Vicente Filho
Período: 21/11/71 à 20/12/71
Atestado: 2302/71-SM.

Mat. no.: 05524
Servidor: Romualdo Iagelovic
Período: 07/10/71 a 17/10/71
L. Médico: 1173/71-SM.
Mat. no.: 13034
Servidor: Francisco Gomes Moreira
Período: 06/11/71 à 02/12/71.
Atestado: 2251/71-SM.
Mat. no.: 10738
Servidor: Manoel David de Moura
Período: 01/11/71 à 30/12/71.
L. Médico: 1062/71-SM.
Mat. no.: 05254
Servidor: Maria Barcelos de Araújo
Período: 08/11/71 à 06/02/72
L. Médico: 1143/71-SM.
Mat. no.: 06699
Servidor; Waldeck de Souza Falcão
Período: 01/11/71 à 30/11/71.
L. Médico: 1140/71-SM.
Mat. no.: 11083
Servidor: Henry Ford Dias Matheus.
Período:15/11/71 a
L. Médico: 1161/71-SM
Mat. no.: 12047
Servidor: Domingos Rodrigues Costa
Período: 09/11/71 à 05/12/71
L.Médico: 1154/71-SM.
Mat. no.: 15515
Servidor: Maximiano Moreira Lopes
Período: 17/11/71 à 16/12/71
L.Médico: 1151/71-SM.
Mat. no.: 15624

Servidor: Afonso Luciano de Araújo
Período: 08/11/71 a 08/01/72.
L. Médico: 1162/71-SM.

salário FAMÍLIA: CONCEDIDOS
Matrícula no.: 01536
Servidor: Francisco Rodrigues da Silva
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: WILSON RODRIGUES DA SILVA, filho, nascido em 18/11/71, e o pagamento a partir de novembro de 1 971.
Requerim: 205/71-SP-SEA.
Matrícula no.: 08796
Servidor: Francisco Hamilton de A. Mota
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: EMANUEL SARAIVA DE ALENCAR MOTA, filho, nascido em 24/08/71, e o pagamento a partir de agôsto de 1 971.
Requerim: 204/71-SP-SEA.
Matrícula no.: 09870
Servidor: Francisco de Oliveira Tôrres
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: LUCIDALVA DE QUEIROZ TORRES, espôsa, e o pagamento a partir de setembro de 1 971, conforme "Certidão de Casamento" apresentada.
Requerim: 203/71-SP-SEA.
Matrícula no.: 11686
Servidor: Balbino Pereira dos Santos
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: *HELCIO RODRIGUES DOS SANTOS*, filho, nascido em 06/11/71, e o pagamento a partir de novembro de 1 971.
Requerim: 206/71-SP-SEA.
Matrícula no.: 16407
Servidor: Antônio Rodrigues Miranda
Despacho: Concedo salário família ao servidor pelo dependente: ALEXANDRE ARAGÃO MIRANDA, filho, nascido em 28/11/70, a partir de novembro de 1 970, e o pagamento a partir de janeiro de 1 971. Quanto ao período anterior, o servidor deverá requerer por exercícios Findos.
Requerim: 183/71-SP-SEA.

Matrícula no.: 17718
Servidor: Valdeci Inácio da SilVA
Despacho: Concedo salário família ao servidor pela dependente: NARA JANE VIEIRA DA SILVA, filha, nascida em 02/10/71, e o pagamento a partir de outubro de 1 971.
Requerim: 202/71-SP-SEA.

SALÁRIO FAMÍLIA: CANCELADO
Matrícula no.: 05735
Servidor: Jaime Valim
SDespacho: CANCELO, salário família do servidor relativo a dependente: LEONINA CARDOSO VALLIM, espôsa, e o cancelamento a partir de novembro de 1 971, conforme Certidão de Óbito constante de fls. 02.
Processo: 29463/71.
Brasília, 26 de novembro de 1 971
MARIA DE LOURDES CORDEIRO DE CASTILHO
Chefe da Seção do Pessoal da S.E.A

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DO PESSOAL
DIVISÃO DO PESSOAL
ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE1971.

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,

RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ANTONIO APOLONIO DE SOUZA, Motorista, nível 12-C, matrícula no. 15908, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 2622 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 05.09.58 a 8.11.65 ou seja, 7anos, 2 mesese 7dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1971.
O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no.... 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ALENCAR NOGUEIRA, Motorista, nível 8-A, matrícula no. 15741 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1318 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP no período de 01.04.62 a 08.11.65, ou seja, 3 anos, 7 meses e 13 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971.

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,

RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ANICESIO LUIZ DE SOUZA, Pedreiro, nível 9-B, matrícula no. 16547, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba nêste Govêrno, 1991 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 29.03.60 a 08.11.65, ou seja, 5 anos, 5 meses e 16 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ALBERTO FRANCISCO DE PAULA, Mestre Mecânico de Motores à Combustão, nível 13-A, matrícula no. 15695, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1895 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 25.08.60 a 08.11.65, ou seja, 5 anos, 2 meses e 10 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971.
O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ANTENOR PESSOA DE CARVALHO, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula no. 16174, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 3102 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP no período de 13.5.57 a 08.11.65, ou seja, 8 anos, 6 meses e 2 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DA DIVISAO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ADALBERTO MONTEIRO, Mensageiro, nível 01, matrícula no. 15669, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1976 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 08.02.60 a 08.11.65, ou seja, 5 anos, 5 meses e 1 dia.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DA DIVISAO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ALCIDES FERREIRA DE CARVALHO, Restaurador de Veículos, nível 10-B, matrícula no. 16600, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1915 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 2.8.60 a 08.11.65, ou seja, 5 anos, 3 meses.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DA DIVISAO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ADAIR INÁCIO DE MORAIS, Servente, nível 05, matrícula no. 16611, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1678 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 17.01.61 a 08.11.65, ou seja 4 anos, 7 meses e 8 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DA DIVISAO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ALBERTO FERREIRA DA SILVA, Pedreiro, nível 9-B, matrícula no. 16546, do Qua-

dro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1883 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 01.06.60 a 08.11.65, ou seja 5 anos, 1 mês e 28 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1 971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a LUIZ GONZAGA DE SOUZA, Pintor, nível 9-B, matrícula no. 16 562, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1371 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP no período de. 11.01.62 à 08.11.65 ou seja, 3 anos. 9 meses e 6 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1 971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ALVACY THOMAZ FERRÃO, Carpinteiro, nível 12-D, matrícula no. 14647, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 3026 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 16.07.57 a 08.11.65, ou seja, 8 anos, 3 meses e 16 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1 971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 34099/68,
RESOLVE:
expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a ANTONIO FERREIRA DA SILVA, Trabalhador, nível 01, matrícula no. 17060, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1416 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 30.11.61 a 8.11.65, ou seja, 3 anos, 10 meses e 21 dias.
WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

DESPACHO

PROCESSO: 28 554/71
INTERESSADO: MOTO-AGRICOLA SLAVIERO LTDA.
ASSUNTO: RECURSO CONTRA ATO DO SENHOR DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL
DESPACHO DO COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL: A recorrente apresenta recurso contra o ato do Senhor Diretor da Divisão do Material, que lhe negou acolhimento ao seu pedido de reconsideração quanto ao ato de aplicação da pena de 3 (três) meses de suspensão do direito de licitar com o Govêrno do Distrito Federal. o ato denegatório baseou-se no fato de não terem sido apresentadas em tempo hábil as justificativas pelo atraso na entrega do material relativo às Notas de Empenho nos. 823/71 e ... 1 168/71-DM, a fim de que fôsse elidida a cobrança de multa, conforme dispõe o artigo 57, § 2o. do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971. Desta feita, a interessada baseia seu recurso nos princípios jurídicos do "nom bis in idem" e ou do "solve et repete". Entretanto, "in casu", não se trata nem de uma coisa, nem de outra. Sôbre a matéria, dispõe o Decreto acima citado:

"Art. 57 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á ao adjudicatário a pena de suspensão do direito de licitar com o Govêrno do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados:

I - por três meses, quando incidir duas vêzes em atraso de fornecimento, execução de obras ou serviços, que lhe tenham sido adjudicados através de licitações distintas com vencimentos para o mesmo trimestre do ano civil".

Uma vez que a recorrente de fato incidiu duas vêzes em atraso de fornecimento que lhe foi "adjudicado através de licitações distintas, com vencimentos para o mesmo trimestre do ano civil" configurado está o ilícito praticado por ela e, dessa forma, havia que se lhe aplicar a pena de suspensão, 'ex-vi' daquele diploma legal.

Isto pôsto. deixo de acolher o presente recurso e mantenho a pena aplicada pelo Senhor Diretor da Divisão do Material.

Publique-se e dê-se ciência à interessada.

Brasília, 14 de novembro de 1971
NATÉRCIO GOMES DA SILVA
Coordenador do Sistema de Material

DIVISÃO DO MATERIAL

ATOS DO DIRETOR

Proc. 29 150/71
Face ao pronunciamento do Serviço de Contrôle e de acôrdo com o disposto no art. 57 do Decreto no. 1 703, de 31 de maio de 1971, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 63 do referido diploma legal, aplico à firma COMERCIAL E IMPORTADORA INVICTA S/A., a multa de Cr$ 1,11 (Um cruzeiro e onze centavos), pelo atraso de 01 (um) dia na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho no... 1.814/71-DM, de acôrdo com as condições estabelecidas para a realização do(a) Convite no....., 282/71-SC de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 22 de novembro de 1971
JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material
C.S.M. - S E A

PRCESSO No.: 26 235/71
INTERESSADO: CHAMS LTDA
ASSUNTO: Reconsideração de despacho.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: Considerando que as razões apresentadas em justificativa ao atraso ocorrido na entrega do material objeto da Nota de Empenho no. 934/71-DM, não configuram quaisquer das hipóteses previstas em lei, matenho o despacho exarado no Processo no. 24 843/71, que suspendeu a firma CHAMS LTDA. do direito de licitar com o Govêrno do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, por 3 (três) meses.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Compras
Em, 16 de novembro de 1971
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO No.: 27 753/71
INTERESSADO: SAENGER & CIA. LTDA.
ASSUNTO: Reconsideração de despacho.
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: Tendo em vista os fatos apresentados através dêste processo, que aceito como suficientes para justificar o atraso na etxtrega do material objeto da Nota de Empenho no. 777/71-DM. dedico por considerar prorrogação o seu prazo de entrega, até o dia 06/10/71, tornando sem efeito a multa aplicada através do Processo no. 26 546/71, no valor de Cr$417,61 (quatrocentos e dezessete cruzeiros e sessenta e um centavos).
Em, decorrência, descaracterizada a hipótese prevista no art. 59, I, do Decreto no. 1703, de 31/05/71, RECONSIDERO meu despacho exarado no Processo no. 26 759/71 que aplicou à firma SAENGER & CIA. LTDA. a pena de suspensão do direito de licitar com o Govêrno do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, por 3 (três) meses.
Publique-se e encaminhe-se aos Serviços de Compras e, a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em, 16 de novembro de 1971
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO No.: 28 785/71
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: Face ao pronunciamento do Serviço de Contrôle e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 63 do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971, aplico à firma MADEIREIRA ZACARIAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. a multa de Cr$11,58 (onze cruzeiros e cinquenta e oito centavos) pelo atraso de 05 (cinco) dias, na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho no. 1 664/71-DM, de acôrdo com as condições estabelecidas para a realização do Convite no. 272/71-SC de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 16 de novembro de 1971
JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO No.: 28 758/71
INTERESSADO: DIRCEU BORDONI
ASSUNTO: Retificação de Nota de Empenho (N.E. no. 1964/71-DM).
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: A vista do pronunciamento da Comissão de Licitação, a fls. 04, autorizo a retificação do item 20 da Nota de Empenho no. 1964/71-DM, da seguinte forma: onde se lê .... "1,20 x 1,00m" ..., leia-se 1,50 x 1,00m.
Publique-se e encaminhe-se aos Serviços de Compras e Contrôle.
Em, 17 de novembro de 1971
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO No.: 28 852/71
DESPACHO: Face ao pronunciamento do Serviço de Contrôle, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 63 do Decreto no.1703, de 31 de maio de 1971. aplico à firma ESCRIBA - INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA., a multa de Cr$2,60 (dois cruzeiros e sessenta centavos) pelo atraso de 02 (dois) dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho no. 1965/71-DM, de acôrdo com as condições estabelecidas para a realização da Tomada de Preços no. 56/71-SEA de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em, 19 de novembro de 1971
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO No.: 20 946/71
INTERESSADO: RIOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ASSUNTO: Pagamento de Fatura
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: Face às informações do Serviço de Contrôle, fls. 11, e do que consta do expediente de fls. 03, da Seção de Material do GAG, considero prorrogado em 11 (onze) dias o prazo para a entrega do material de que trata o item 8o. da Nota de Empenho no. 468/71-DM.
Aplico, outrossim, à firma RIOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.. a multa de Cr$1,68 (um cruzeiros e sessenta e oito centavos), pelo atraso na entrega do material, relativo ao item 9o. da mesma Nota e Empenho, de acôrdo com as condições estabelecidas para a realização do Convite no. 076/71-SC
Publique-se, encaminhe-se aos Serviços de Compras e Contrôle e, a seguir, ao Departamento da Despesa.
Em, 18 de novembro de 1971
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

DIVISÃO DO MATERIAL
FIRMAS INSCRITAS NO REGISTRO CENTRAL DE FORNECEDORES
NOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 1.971.

Nº DE REG.	Nº DE CERT.	F I R M A
973/RCF.	409/71.	FRANCISCO DA COSTA TORRES.
974/RCF.	410/71.	PEDRO QUEIROZ DE OLIVEIRA.
975/RCF.	413/71.	ROLIMAC ROLAMENTOS LTDA.
976/RCF.	414/71.	GESTETNER DUPLICADORES LTDA.
977/RCF.	416/71.	GRÁFICA E PAPELARIA B.I.C. LTDA.
978/RCF.	417/71.	ARMANDO FERNANDES JUNIOR.
979/RCF.	418/71.	SODIL-SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.
980/RCF.	419/71.	ANALITICA ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.
981/RCF.	421/71.	CORETO-COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES TOCANTINS LTDA.
982/RCF.	423/71.	MONTEVERDE-ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.
983/RCF.	424/71.	REGIONAL AUTO PEÇAS LTDA.
984/RCF.	425/71.	CATEL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
985/RCF.	426/71.	ABÍLIO & SADY LTDA.
986/RCF.	427/71.	REAL CONSTRUTORA-COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
987/RCF.	428/71.	CANDY-COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
988/RCF.	429/71.	RECAPAGEM ROYAL LTDA.
989/RCF.	437/71.	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS CARDOSO S.A.
990/RCF.	438/71.	SENAP-ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
991/RCF.	439/71.	SILVA MELO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
992/RCF.	440/71.	IRMÃOS SEBBA LTDA.
993/RCF.	441/71.	MÓVEL - MOBILIÁRIOS LTDA.
994/RCF.	444/71.	PARAÍSO DO MÉDICO S.A.
995/RCF.	443/71.	TINTAS YPIRANGA S.A.
996/RCF.	442/71.	PRATA BRASÍLIA LTDA.
997/RCF.	449/71.	IMPACTO-COMERCIAL DE IMPRESSOS E PAPÉIS LTDA.
998/RCF.	450/71.	SEMEL-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.
999/RCF.	448/71.	MÁQUINAS BOLBI LTDA.
1000/RCF.	451/71.	INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA S.A.
1001/RCF.	452/71.	MUSITEL - MÚSICA AMBIENTE LTDA.
1002/RCF.	453/71.	MIT-EXACTA S.A. IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO.
1003/RCF.	454/71.	PREMA-PRESERVAÇÃO DE MADEIRAS S.A.

Brasília, 04 de novembro de 1 971.

V I S T O:
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Chefe do Serviço de Compras
S E A

JOS[illegible]
Chefe [illegible]
Fornecedores

SECRETARIA DE SAÚDE

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ARTIGOS 97 e 98 DA LEI No. 1711/52

Servidor: Raimundo de S. Lima
Matrícula: 2907
Atestado: 2108/71/BM/HDB
Período: 21/10 a 22/10/71
Obs.: 3 dias foram relevadas pelo Atestado 2086/71/SM/DP

Servidor: Leontina F. de Almeida
Matrícula: 5168
Atestado: 1128/71/BM/HDB
Período: 11/10 a 22/10/71
Obs.: de 11 a 13 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Rita de C. Ribeiro
Matrícula: 5515
Atestado: 1135/71/BM/ HDB
Período: 28/10 a 29/10/71
Obs.: o dia 28 é falta relevada de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Vantuil J. da Silva
Matrícula: 5589
Atestado: 1115/71/BM/HDB
Período: 22/10 a 25/10/71
Obs.: de 22 a 24 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: Helena F. Maciel
Matrícula: 5754
Atestado: 2104/71/SM/DP
Período: 25/10 a 03/11/71
Obs.: de 25 a 27 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: Adalgisa D. Peres
Matrícula: 8677
Atestado: 2114/71/SM/DP
Período: 27/10 a 05/11/71
Obs.: de 27 a 29 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Cleuza Djanir
Matrícula: 12005
Atestado: 2132/71/SM/DP
Período: 22/10 a 29/10/71
Obs.: de 22 a 24 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Gilberto R. Mayrink
Matricula: 12097/71
Atestado: 2141/71/SM/DP
Período: 14/10 a 31/10/71
Obs.: de 14 a 16 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Júlio Alves Queiroz
Matrícula: 12679
Atestado: 2145/71/SM/DP
Período: 28/10 a 12/11/71
Obs.: de 28 a 30 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

Servidor: Anita R. Guimarães
Matrícula: 12742
Atestado: 2136/71/SM/DP
Período: 18/10 a 22/10/71
Obs.: de 18 a 20 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei.

LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA ART. 106 DA LEI No. 1711/52

Servidor: Maria do C.S. Vieira
Matrícula: 5266
Atestado: 1132/71/BM/HDB
Período: 13/10 a 14/10/71

Servidor: Maria do C. S. Vieira
Matrícula: 5266
Atestado: 1132/71/BM/HDB
Período: 13/10 a 14/10/71

Servidor: Neide M. B. Linhares
Matrícula: 5443
Atestado: 2125/71/SM/DP
Período: 26/10 a 31/10/71

Servidor: Sebastiana R.Guimarães
Matrícula: 5543
Atestado: 2165/71/SM/DP
Período: 14/10 a 17/10/71

Servidor: Maria M.D.Barbosa
Matrícula: 12111
Atestado: 1125/71/BM/HDB
Período: 21/10 a 26/10/71

LICENÇA GALA - ITEM I DO ARTIGO 153 DA LEI No. 1711/52

Servidor: Rogério C. Toledo
Matrícula: 5523
Período: 23/10 a 30/10/71
Obs.: casamento realizado a 23/10/71.

SALÁRIO FAMÍLIA - DEFERIDOS -

Servidor: Durval M. de Souza
Matrícula: 0407
Despacho: pelo dependente Ivone Martins de Souza, filha, nascida a 18/3/71, a partir de março de 1971.

Servidor: Olavo Ferreira
Matrícula: 2861
Despacho: pela dependente Luciana dos Santos Ferreira, filha, nascida a 03/10/71, a partir de outubro de 1971.

Servidor: Maria de F. P. Ribeiro
Matrícula: 5281
Despacho: pelo dependente Sérgio Maurício Ribeiro, filho, nascido a 29/05/71 a partir de maio de 1971

Servidor: João B. V. Nuven
Matrícula: 5718
Despacho: pelo dependente Cleomar da Silva Nüven, filho, nascido a 26/3/71, a partir de março de 1971.

Servidor: Antônio R. Pires
Matrícula: 6063
Despacho: pelo dependente Fernando Luis Pires, filho, nascido a 16/09/71, a partir de setembro de 1971.

Servidor: Anna Maria S. Marques
Matrícula: 6094
Despacho: pelo dependente Roberto Sampaio Marques, filho, nascido a 13/8/71, a partir de agôsto de 1971.

Servidor: Amaro C. da S. Filho
Matrícula: 6118
Despacho: pelo dependente Vanilson Alves da Silva, filho, nascido a 26/7/71 a partir de julho de 1971.

Servidor: Amadeu Neves
Matrícula: 6120
Despacho: pela dependente Maria das Neves Pereira, filha, nascida a 16/10/71 a partir de outubro de 1971.

Servidor: Madalena N. de B. Silva
Matrícula: 6242
Despacho: pelo dependente Weslene Barrros da Silva, filho, nascido a 02/10/71, a partir de outubro de 1971.

Servidor: João Basilio da Silva
Matrícula: 7491
Despacho: pelo dependente Euclides Basilio da Silva, filho, nascido a 28/10/71, a partir de outubro de 1971.

Servidor: Neacir de Freitas
Matrícula: 7747
Despacho: pelo dependente Ivan Carlos de Freitas, filho, nascido a 21/10/71, a partir de outubro de 1971.

Servidor: Inocêncio Nobelino Sobrinho
Matrícula: 13230
Despacho: pelo dependente Marcelo Quidute Nobelino, filho, nascido a 01/10/71 a partir de outubro de 1971.

SALÁRIO-FAMÍLIA - CANCELADOS -

Servidor: Joana da S. Mancuso
Matrícula: 5722
Processo no. 970999/71/SES
Despacho: pela dependente Angela Mancuso, filha, a partir de setembro de 1971 em virtude de ter rendimentos próprios.

Servidor: José Alves de Lima
Matrícula: 5694
Processo: 708056/71/SES
Despacho: pelo dependente Rainel Alves de Lima, filho, a partir de setembro de 1971, por ter rendimentos próprios.

LICENÇA MÉDICA - INDEFERIDA

Servidor; Terezinha P. da Silva
Matrícula: 5576
Processo: 971010/71
Despacho: indefiro, em virtude da não homologação do afastamento pela Biometria e Perícia Médica do 1o. Hospital Distrital.

Brasília, 09 de novembro de 1971.

CÉLIA DINIZ MELO
Chefe da Seção de Pessoal

Boletim no. 35/71-SP-SES, de 17.11.71

Faltas relevadas - art. 123 Lei 1711/52

Servidor: JOAQUIM CIRINO DE ANDRADE
Matrícula: 1319
Atestado: 2230/71-SM-DP
Período: 01.11 a 02.11.71

Servidor: MARIA DA GLÓRIA SABINO DOS SANTOS
Matrícula: 5287
Atestado: 1156/71-BM-HDB
Período: 01.10. a 03.10.71

Servidor: MARIA JOSÉ SALLES
Matrícula: 5313
Atestado: 1158/71-BM-HDB
Período: 08.11.71

Servidor: MARIA DE LOURDES SILVA SANTOS
Matrícula: 5329
Atestado: 2229/71-SM-DP
Período: 15.10.71

Servidor: HELENA MARIA SEABRA DE LIMA
Matrícula: 5751
Atestado: 1139/71-BM-HDB
Período: 04.11.a 06.11.71

Servidor: ELISABETH BARROS DE M. TRINDADE
Matrícula: 5842
Atestado: 1142/71-BM-HDB
Período: 03.11. a 05.11.71

Servidor: ELEUTÉRIO GASPAR DE ARAÚJO
Matrícula: 5854
Atestado: 1149/71-BM-HDB
Período: 3.11. a 5.11.71

Servidor: EDY DA SILVA AGUIAR
Matrícula: 5859
Atestado: 1153/71-BM-HDB
Período: 04.11.71

Faltas relevadas - art. 123- lei 1711/52

Servidor: BETHOVEN BENTO ALVES
Matrícula: 6032
Atestado: 1143/71-BM-HDB
Período: 01.11.71

Servidor: LUIZA MEDEIROS DOS SANTOS
Matrícula: 6932
Atestado: 2221/71-SM-DP
Período: 08.11.71

Servidor: LUIZA PAULINO DA CUNHA
Matrícula: 7051
Atestado: 1146/71-BM-HDB
Período: 04.11.71

Servidor: JOSIAS DA SILVA LIMA
Matrícula: 7108
Atestado: 1161/71-BM-HDB
Período: 03.11.a 05.11.71

Servidor: LUCIA CONCEIÇÃO DE SOUZA
Matrícula: 7457
Atestado: 1157/71-BM-HDB
Período: 09.11.a 10.11.71

Servidor: LUIZ MACHADO DE SOUZA
Matrícula: 11264
Atestado: 1161/71-BM-HDB
Período: 03.11.a 05.11.71

Servidor: ANA MARIA PINTO
Matrícula: 11683
Atestado: 1137/71-BM-HDB
Período: 01.11.71

Servidor: GERALDO ALVES TOLEDO
Matrícula: 11925
Atestado: 1154/71-BM-HDB
Período: 05.11.71

Licença para tratamento de saúde - art. 97 e 98 da Lei 1711/52

servidor; JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA
Matrícula: 1328
Atestado: 2214/71-SM-DP
Período: 08.11 a 07.12.71
Obs. de 8 a 10.11 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma Lei

Licença para tratamento de saúde - art. 97 e 98 da lei 1711/52

Servidor: EVARISTO GUEDES
Matrícula: 2500
Atestado: 2222/71-SM-DP
Período: 06.11.a 16.11.71
Obs. de 06 a 08.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: MARIA ABADIA DE JESUS CÉSAR
Matrícula: 5231
Atestado: 2223/71-SM-DP
Período: 28.10 a 31.10.71
Obs. de 28 a 30.10. são faltas relebadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: MARIA DO Ó FERREIRA DO NASCIMENTO
Matrícula: 5351
Atestado: 116/71-BM-HDB
Período: 05.11.a 19.11.71
Obs. de 05 a 07.11 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: JOANA DA SILVA MANCUSO
Matrícula: 5722
Atestado: 1152/71-BM-HDB
Período: 05.11.a 09.11.71
Obs. de 05.a 07.11. são faltas relevadas com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: GERALDO FRANCISCO PIRES
Matrícula: 5775
Atestado: 2232/71-SM-DP
Período: 05.11.a 10.11.71
Obs. de 05 a 07.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: CELIA LIMA SOARES CARRARA
Matrícula: 7441
Atestado: 2226/71-SM-DP
Período: 01.11.a 05.11.71
Obs. de 01.a 03.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: JOÃO ISIDIO DOS SANTOS
Matrícula: 8683
Atestado: 2227/71-SM-DP
Período: 01.11.a 08.11.71
Obs. de 01 a 03.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: MARIA AFRA DE JESUS OLIVEIRA
Matrícula: 11.636
Atestado: 1163/71-BM-HDB
Período: 09.11.a 15.11.71
Obs. 09 a 11.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Prorrogação de Licença para tratamento de saúde art. 93.97 e 98 da Lei 1 711/52

Servidor: MARIA DO CARMO SOUZA VIEIRA
Matrícula: 5266
Atestado: 1148/71-BM-HDB
Período: 27.10.a 28.10.71

Servidor: WALDIR SIQUEIRA JORGE
Matrícula: 5605
Atestado: 1151/71-BM-HDB
Período: 31.10.a 30.11.71

Servidor: WILIBRANDO ALBUQUERQUE FREIRE
Matrícula: 5609
Laudo médico: 1061/71-SM-DP
Período: 01.11.a 30.01.72

Servidor: JOSEFA MORAES DOS ANJOS
Matrícula: 5648
Laudo médico: 1064/71-SM-DP
Período: 02.11.71 a 01.03.72

Servidor: HELENA FERNANDES MACIEL
Matrícula: 5754
Atestado: 2224/71-SM-DP
Período: 04.11.a 13.11.71

Servidor: CREUZA MARIA ROCHA
Matrícula: 5965
Laudo Médico: 1065/71-SM-DP
Período: 02.11.a 01.12.71

Servidor: JOSÉ RODRIGUES PORTO
Matrícula: 6817
Laudo médico: 1086/71-SM-DP
Período: 04.01.71 a 02.02.72

Servidor: LETICIA BARBOSA PORTO
Matrícula: 6997
Atestado: 1127/71-BM-HDB
Período: 02.11.a 04.11.71

Servidor: LETICIA BARBOSA PORTO
Matrícula: 6997
Atestado: 1145/71-BM-HDB
Período: 05.11.a 04.12.71

Servidor: AMÂNCIO NUNES DOS REIS
Matrícula: 11794
Laudo médico: 1088/71-SM-DP
Período: 01.11.71 -

Servidor: BENEDITA ALVES
Matrícula: 11832
Laudo médico: 1092/71-SM-DP
Período: 13.11.71 a 11.04.72

Licença por motivo de doença em pessoa da família art. 106 - Lei 1711/52

Servidor: MARIA DA GLORIA SABINO DOS SANTOS
Matrícula: 5287
Atestado: 1155/71-BM-HDB
Período: 03.11.a 04.11.71

Servidor: NEIDE MARIA B. LINHARES
Matrícula: 5443
Atestado: 2220/71-SM-DP
Período: 04.5 e 8.11.71 e de 11.11 18.11.71

Servidor: REINALDO ALEIXO - DOS SANTOS
Matrícula: 5511
Atestado: 2225/71-SM-DP
Período: 14.10. a 19.10.71

Servidor: GUILHERMINA DA SILVA PORTO
Matrícula: 5760
Atestado: 1123/71-BM-HDB
Período: 01.11. a 07.11.71

Servidor: GUILHERMINA DA SILVA PORTO
Matrícula: 5760
Atestado: 1160/71-BM-HDB
Período: 08.11.71

Servidor: GUILHERMINA DA SILVA PÔRTO
Matrícula: 5760
Atestado: 1162/71-BM-HDB
Período: 11.11.a 13.11.71

Servidor: ÉLIDA ALVES VALADARES
Matrícula: 5849
Atestado: 1164/71 BM-HDB
Período: 08.11.a 12.11.71

Servidor: DJAIR GUIMARÃES NASCIMENTO
Matrícula: 5931
Atestado: 1159/71-BM-HDB
Período: 07.11.a 06.12.71

Servidor: MARIA DAS DORES SILVA FARIA
Matrícula: 7502
Atestado 1147/71 - BM - HDB
Período: 04.11.a 06.11.71

servidor: ADALGISA DIAS PERES
Matrícula: 8677
Atestado: 2215/71-SM-DP
Período: 11.11. a 20.11.71

Servidor: ADALGISA DA ASCENÇÃO DOS S. PERES
Matrícula: 12171
Atestado: 1165/71-BM-HDB
Período: 09.11. a 16.11.71.

Servidor: ALDECI PATRICIO GUERRINO
Matrícula: 12304
Atestado: 1150/71-BM-HDB
Período: 04.11.a 05.11.71

Licena gestante - art. 107 - Lei 1711/52

Servidora: NECI SANTANA JORGE
Matrícula: 8245
Atestado: 1144/71-BM-HDB
Período: 03.11.71 a 02.03.72

Servidora: MARIA MADALENA DIAS BARBOSA
Matrícula: 12111
Atestado: 1126/71-BM-HDB
Período: 01.11.71 a 28.02.72

Servidora: FRANCISCA FÁTIMA DA SILVA
Matrícula: 12600
Atestado: 2231/71-SM-DP
Período: 01.11.71 a 28.02.72

Retificação de Publicação- publicado no DF 170 de 9.11.71
Faltas relevadas - art. 123 - Lei 1711/52

Servidor: LUCIÊNIO MONTEIRO MARANHÃO
Matrícula: 12480
Atestado: 953/71-BM-HDB
Período: 09.08.71 a 11.08.71
Obs. republicado por ter saido com incorreção.

Servidor: PAULO KOGA
Matrícula: 5489
Despacho: Concedido salário família pelo dependente ESTAEL MATUBARA KOGA, filha, nascida a 23.10.71, a partir de outubro de 1971.

Servidor: SÔNIA MARIA DA COSTA AMARAL
Matrícula: 5564
Despacho: Idem pela dependente VALDELUCE DA COSTA AMARAL, filha, nascida em 08.09.71, a partir de setembro de 1971.

Servidor: JOÃO MELO ARAGÃO
Matrícula: 5711
Despacho: Idem, pelo dependente JUDITE MESQUITA FACUNDO, nascida em 18.02.1957, a partir de setembro de 1971, de acôrdo com o TÊRMO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE expedido a 22.09.71.

Servidor: ZILPAH CARVALHO DA CONCEIÇÃO
Matrícula: 8139
Despacho: Idem, pelo dependente EWERTON CARVALHO DA CONCEIÇÃO, filho, nascido a 09.09.71, a partir de setembro de 1971.

Servidor: FRANCISCA BARBOSA DE AGUIAR
Matrícula: 12794
Despacho: Idem, pelo dependente MARCO AURELIO AGUIAR DE MORAES, filho, nascido a 03.02.69.
Obs. Salário família concedido apenas para o mês de fevereiro de 1969, devendo o pagamento ser requerido por exercícios findos.

SLALÁRIO FAMILIA - CANCELADO

Servidor: IZABEL CORDEIRO - FEREIRA
Matrícula: 5876
Despacho: Cancelado o salário família pela dependente AZENATH FEREIRA DA SILVA, filha, nascida a 05.02.53, a partir de agôsto de 1971, por haver contraído matrimônio em 27.07.71,
Processo: 706839/71.

Brasília, 18.11.71

CÉLIA DINIZ MELO
Chefe da Seção de Pessoal

Boletim no. 36/71-SP-SES, de 25.11.71

Licença para tratamento de saúde art. 97 e 98 da lei 1711/52

Servidor: JOÃO MARTINS FERRO GOMES
Matrícula: 2098
Atestado: 2270/71-SM-DP
Período: 05.11. a 09.11.71
Obs. de 5 a 7.11, são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: NADIA CONCEIÇÃO M. MIHAILESCU
Matrícula: 5414
Atestado: 1178/71-BM-HDB
Período: 10.11.a 18.11.71
Obs. de 10 a 12.11, são faltas relevadas de acôrdo como art. 123 da mesma lei .

Servido: JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ
Matrícula: 5675
Atestado: 1190/71-BM-HDB
Período: 18.11.a 24.11.71
Obs. de 18 a 20.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Serviçor: FEDORA CIPRIANI DA SILVA
Matrícula: 5805
Atestado: 2253/71-SM-DP
Período: 17;11 a 06.12.71
Obs.de 17. a 19.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: DELCIRA NOGUEIRA AMARAL
Matrícula: 5953
Atestado: 1197/71-BM-HDB
Período: 04.11.a 14.11.71
Obs. de 04 a 6.11.são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Servidor: CAMILO DE LÉLIS GONÇALVES
Matrícula: 6014
Atestado: 1177/71-BM-HDB
Período: 16.11.a 20.11.71
Obs. de 16 a 18.11 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei.

Licença para tratamento de saúde
artigo 97 e 98 da lei 1711/52

Servidor: MARIA LUCIA XAVIER DE ARAÚJO
Matrícula: 7047
Atestado: 2268/71-SM-DP
Período: 03.11 a 16.11.71
Obs. de 3 a 05.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: LENICE MARTINS DA SILVA
Matrícula: 7472
Atestado: 1191/71-BM-HDB
Período: 22.11. a 06.12.71
Obs. de 22 a 24.11 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: PAULO NEVES
Matrícula: 7872
Atestado: 2242/71-SM-DP
Período: 12.11.a 12.12.71
Obs. de 12 a 14.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da referida lei.

Servidor: HÉLIO GONÇALVES - GUIMARÃES
Matrícual: 8210
Atestado: 2266/71-SM-DP
Período: 13.11.a 16.11.71
Obs. de 13 a 15.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: FRANCISCO BELO DA SILVA
Matrícula: 8782
Atestado: 1175/71-BM-HDB
Período: 16.11.a 20.11.71
Obs. de 16 a 18.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: NILZA DIAS VENTURA
Matrícula: 12069
Atestado: 1173/71-BM-HDB
Período: 05.11.a 16.11.71
Obs. de 05a. 7.11. são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da mesma lei

Servidor: MARIA LENIRA MACHADO PINTO
Matrícula: 12080
Atestado: 1172/71-BM-HDB
Período: 12.11.a 26.11.71
Obs. de 12 a 14.11 são faltas relevadas de acôrdo com o art. 123 da referida lei

Servidor: JOÃO RODRIGUES DA MATA
Matrícula: 12535
Laudo médico: 1121/71-SM-DP
Período: 29.09. a 27.11.71
Obs . de 29 a 01.10 são faltas relevadas de acôrdo como art. 123 da mesma lei.

Prorrogação de licença para tratamento de saúde art. 93.97 e 98 da lei 1711/52

Servidor: MARIA DAS DORES B. COQUEIRO
Matrícula: 5276
Atestado: 1198/71-BM-HDB
Período: 05.11.a 06.11.71

Servidor: TEREZINHA P. DA SILVA
Matrícula: 5576
Atestado: 1195/71-BM-HDB
Período: 16.11.71

Servidor: JOSÉ LUIS PEREIRA TORRES
Matrícula: 5668
Atestado : 1180/71-BM-HDB
Período: 01.11. a 14.11.71

Servidor: HELENA FERNANDES MACIEL
Matrícula: 5754
Atestado: 2271/71-SM-DP
Período: 14.11.a 23.11.71

Servidor: JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Matrícula: 7885
Laudo médico: 1056/71-SM-DP
Período: 31.10. a 31.01.72

Servidor: SABINA TAVARES DOS REIS
Matrícula: 8058
Atestado: 1169/71-BM-HDB
Período: 13.11.a 22.11.71

Servidor: CELZA ANCHIETA IRIGONHÊ
Matrícula: 8113
Laudo médico: 1128/71-SM-DP
Período: 16.11.a 30.12.71

Servidor: ANTÔNIO LOPES PEREIRA
Matrícula: 12710
Atestado: 2243/71-SM-DP
Período: 07.11.a 06.12.71
Faltas relevadas - art. 123-lei... 1711/52

Servidor: RAIMUNDO ARAUJO DAMASCENO
Matrícula: 2896
Atestado: 1189/71-BM-HDB
Período: 19.11.a 21.11.71

Servidor: MARIA JOSÉ PINHEIRO
Matrícula: 5312
Atestado:1176/7I-BM-HDB
Período: 12.11.71

Servidor: NATALINA FERRARI DA SILVA
Matrícula: 5427
Atestado: 1185/71-BM-HDB
Período: 12.11.71

Servidor: JOSEFA TEREZA DA SILVA
Matrícula: 5647
ATESTADO: 2250/71-SM-DP

Servidor: JOSÉ MANOEL SIQUEIRA
Matrícula: 5666
Atestado: 2265/71-SM-DP-
Período: 13.11.a 14.11.71

Servidor: DALVA RODRIGUES M. SOUZA
Matrícula: 5961
Atestado: 1196/71-BM-HDB
Período: 21.11.a 23.11.71

Servidor: CLEMÊNCIA ALVES PINHEIRO
Matrícula: 5975
Atestado: 1192/71-BM-HDB
Período: 19.11.71

Servidor: APARECIDA DOS SANTOS
Matrícula: 6058
Atestado: 1194/71-BM-HDB
Período: 18.11.71

Servidor: ALICE JULICA DE ARAUJO
Matrícula: 6130
Atestado: 1170/71-BM-HDB
Período: 09.11.a 10.11.71

Servidor: VIOLANDA MOREIRA
Matrícula: 6233
Atestado: 1187/71-BM-HDB
Período: 16.11.71

Servidor: MARIA MIRTES P. SANTOS
Matrícula: 7129
Atestado: 1167/71-BM-HDB
Período: 10.11.a 11.11.71

Servidor: ARLINDA SOARES DE SANTANA
Matrícula: 7443
Atestado: 1188/71-BM-HDB
Período: 19.11.71

Servidor: DALVA DE SOUZA OLIVEIRA
Matrícula: 7764
Atestado: 1182/71-BM-HDB
Período: 17.11. a 18.11.71

Servidor: MARIA APARECIDA M.FERNANDES
Matrícula: 5244
Atestado: 1179/71-BM-HDB
Período: 09.11.a 19.11.71

Servidor: DIVINA ROSA GONÇALVES
Matrícula: 5935
Atestado: 1174/71-BM-HDB
Período: 14.11.a 21.11.71

Servido: ARMINDA OLIVEIRA SILVA MARTINS
Matrícula: 6047
Atestado: 1183/71-BM-HDB
Período: 14.10. a 11.11.71

Servidor: ANDY SARAIVA MARIANO MENESES
Matrícula: 6102
Atestado: 1181/71-BM-HDB
Período: 12.11. a 15.11.71

Servidor: CÉLIA MACEDO PEREIRA
Matrícula: 7437
Período: 07.11. a 14.11.71
Atestado: 1184/71-BM-HDB

Servidor: OLIMPIA LEMES T. DE ARAUJO
Matrícula: 8128
Atestado: 1168/71-BM-HDB
Período: 11.11. a 12.11.71

Servidor: NAZARETH DINIZ DE CARVALHO
Matrícula: 8594
Atestado: 1171/71-BM-HDB
Período: 09.11. a 11.11.71

Licença por motivo de doença em pessoa da família
art. 106-lei 1711/52

Servidor: ALTINA RODRIGUES ANTUNES
Matrícula: 11525
Atestado: 2239/71-SM-DP
Período: 09.11.a 13.11.71

Servidor: ALDECY PATRICIO GUERRINO
Matrícula: 12.304
Atestado: 1180/71-BM-HDB
Período: 08.11. a 12.11.71

SALÁRIO FAMILIA - DEFERIDOS

Servidor: MARIA AUXILIADORA N. SILVA
Matrícula: 5253
Despacho: Concedido salário família pelo dependente ALEXANDRE NERI SILVA, filho nascido a 26.08.71, a partir de agôsto de 1971.

Servidor: MARIA JOSE SALES
Matrícula: 5313
Despacho: Concedo salário família pelo dependente ELIZIARIA DE CERQUEIRA SALES, mãe viúva, a partir de novembro de 1971. (óbito do pai ocorrido em 02.11.61).

Servidor: IRENE ALVES DE SOUZA
Matrícula: 12804
Despacho: Concedido salário família pela dependente LUCIANA ALVES DE SOUZA SILVA, filha, nascida a 22.09.71, a partir de setembro de 1971.

SALÁRIO FAMILIA- CANCELADO

Servidor: GERACINA LUIZA DE REZENDE
Matrícula: 8863
Despacho: Cancelo o salário família pelo dependente GILBERTO LUIZ DE REZENDE, nascido a 07.06.53, a partir de novembro de 1971, por ter rendimentos próprios.
Processo: 971050/71-

Brasília, 25.11.71

CÉLIA DINIZ MELO
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇOES
PROCESSO No. 07404/71
DE 18 DE OUTUBRO DE 1971
Dispensa ROBERTO BAPTISTA, Oficial de Administração, nível 14-B, matrícula no. 8466, servidor do Govêrno do Distrito Federal, do Emprêgo em Comissão Símbolo EC- 10, de Chefe da Seção de Pessoal do Hospital Distrital L-2 Sul.

PROCESSO No. 25529/71
DE 19 DE OUTUBRO DE 1971
Dispensa, a pedido GESUS RAMOS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Portaria, nível 7-A, matrícula no.... 5772, servidor do Govêrno do Distrito Federal, do Emprêgo em Comissão, símbolo EC-12, de Chefe da Portaria do 1o. Hospital Distrital de Brasília.

PROCESSO No. 25529
DE 19 DE OUTUBRO DE 1971
Dispensa, a pedido, AFONSO PESSOA DE OLIVEIRA, Zelador nível 7-B, matrícula no. 6145, servidor do Govêrno do Distrito Federal, do Emprêgo em Comissão Símbolo EC-12, de Chefe da Portaria do 1o. Hospital Distrital de Brasília.

PROCESSO No. 25074/71
DE 20 DE OUTUBRO DE 1971
Dispensa ANTONIO RODRIGUES PIRES- Escriturário, nível 8-A, matrícula no. 6063, servidor do Govêrno do Distrito Federal, do Emprêgo em Comissão, Símbolo EC- 10, de Chefe da Seção de Arquivo Médico e Estatística do 1o. Hospital Distrital de Brasília.

ALVARO JOSÉ DE PINHO SIMOES
Presidente da FHDF.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 396 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 287/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma ANTÔNIO HILÁRIO DE SOUZA, proprietária do Parque de Diversões "NICOLÂNDIA", instalado no Setor de Rádio e Televisão, Plano Piloto Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com atividades próprias para parque de diversões, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 397, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 90/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma ZECIBERT BACIOCHI MOYA, proprietária do estabelecimento denominado "Tiro ao Alvo Bandeirante", localizado em área ao lado do Cine Rex, Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, naquele local, com DERAL, no uso das atribuições Alvo", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto na Portaria no. 14/65 do Juizado de Menores do Distrito Federal.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 398, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 347/71-SCDP-DPJ
RESOLVE:
conceder, à firma PEDRO BARBOSA DA SILVA, estabelecida na Quadra 02, Lote 104, Brazlândia Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividades de "Snooker Mirim", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 399 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102 III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 349/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma JOSEPHUS FRANCISCUS STEYLAERTS, proprietária do estabelecimento denominado "Boite Xadrezinho" localizada no Setor de C.E.SUL lote 12, Plano Piloto, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividades próprias para "Boite", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões biombos ou meias-portas, com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas salvo as que se prestem a fins decorativos ou a separação de áreas de serviço e, nem cômodos em seu interior ou comunicações direta com os que existirem em seu exterior
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Seguranaça Pública

PORTARIA No. 405, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 266/71-SCDF-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma JOSÉ SIMIAO DA SILVA, proprietária do estabelecimento denominado "Tiro ao Alvo Brasiliense", instalado à Travessa Dom Bôsco, esquina com a 2a. Avenida, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com atividades próprias para "Tiro ao Alvo", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 22:00 horas, e ao disposto na Portaria no. 14/65, do Juizado de Menores do Distrito Federal.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 29 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971.
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
LAMAISON - Cel. Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA No. 406 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 355/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma JOAQUIM CONSTANCIO DAS CHAGAS, proprietária do estabelecimento denominado "Bar e Mercearia Rex", localizado no C.N.H. 1, Lote 3, Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, como atividades de "Snooker -Mirim",. enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 19 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 407, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no..... 354/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma WALDEMAR SILVESTRE, proprietária do estabelecimento denominado "Bar Silvestre", localizado na Quadra 7, Lote 8, Loja 1, Setor Oeste, Gama, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 19 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 408, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 356/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma MARIA NATIVIDADE VIEIRA, estabelecida na Quadra 2 Lote 40, Conjunto "j", Vila Buritis, Planaltina, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano, com atividade de "Snooker", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 19 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 409, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 359/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, estabelecida na Quadra 9, Lote 17, Setor Sul, Gama, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO no corrente ano. com atividade de Snooker Mirim", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive quanto ao horário de funcionamento, que deverá ser das 7:00 às 24:00 horas, e ao disposto no art. 42 da Lei das Contravenções Penais
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 22 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 410, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no. 358/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder ao BELGICA CIRCUS, instalado em área entre a 2a. Avenida e o Mercado da SAB, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com atividade próprias para circo, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive no atimente à frequência de menores, conforme Portaria no. 14/65, do Juizado de Menores do Distrito Federal.
A PRESENTE PORTARIA É VALIDA SOMENTE ATÉ 15 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 22 de Novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 411. DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo, no. 357/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma JOSÉ ALVES DOS SANTOS, proprietária do Parque de Diversões "UIRAPURU", instalado em área entre a Quadra 22 e o Cine Itapoã, Setor Leste, Gama, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com ati-Diversões, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive no atinente à frequência de menores, conforme Portaria no. 14/65, do Juizado de Menores do Distrito Federal.
A PRESENTE PORTARIA E VALIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1971.
Distrito Federal, 22 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA No. 412 , DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68, e tendo em vista o que consta do processo no..... 82/71-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
retificar o horário de funcionamento concedido pela Portaria no. 98/71-SEP, à firma HIND EL KOTOB RAAD, proprietária do Bar e Restaurante Monte Libano Restaurante Dançante - localizado na QC 12, Bloco "L", Lojas 3, 4, 9 e 10, Taguatinga, Distrito Federal, de 8:00 às 24:00 horas, para 7:00 às 2:00 horas do dia seguinte
Distrito Federal, 22 de novembro de 1971.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto, no. 825, de 30 de setembro de 1968,
RESOLVE:
designar o Agente Auxiliar de Policia "C" JORGE TOLEDO, matrícula no. 30.433, para substituir em seus impedimentos eventuais o Diretor da Penitenciária de Emergência, do Departamento de Prisões desta Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 3 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item III do artigo 102 do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e, tendo em vista o que consta do Processo no. 610354/71-SEP,
RESOLVE:
designar os Médicos Legistas Drs. JOSÉ FELIPE DOS SANTOS, WILSON CAMPOS DE MIRANDA e ISAAC BARRETO RIBEIRO para, sob a presidência do primeiro, constituirem Junta Médica Especial a fim de examinarem o senhor INÁCIO VIEIRA DA SILVA, para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, categoria AMADOR.
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMISON, Cel
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68,
RESOLVE:
designar o Guarda de Vigilância FRANCISCO SABINO DE SOUZA, matrícula no. 32.595 para substituir o Chefe da Seção de Integração e Centralização da Divisão de Informações da Central de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que se encontra em gôzo de férias regulamentares.
Distrito Federal, 16 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FE-

DERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, XIII, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e tendo em vista o que consta do Ofício no. 468/71-CO,
RESOLVE:
Designar JOÃO PEREIRA DA FONSÊCA FILHO, Agente Auxiliar de Polícia, nível 14-A, matrícula no. 30.851, do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do DF, para Substituir o Chefe da Seção de Expediente e Arquivo da Central de Operações, durante o afastamento do mesmo, por motivo de férias regulamentares, a partir de 1o. de novembro do corrente ano.
Distrito Federal, 17 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, XIII, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e tendo em vista o que consta do Ofício no. 1260/71-DETRAN,
RESOLVE:
Designar OTTO SAUSMIKAT, Chefe da Seção de Infrações e Apreensões, matrícula no. 33.327, para Substituir, em seus Impedimentos eventuais, o Chefe do Serviço de Policiamento e Fiscalização da Divisão de Controle do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 17 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, XIII, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e tendo em vista o que consta do processo no. 610561/71-SEP.
RESOLVE:
Designar MODESTO NOGUEIRA CAVALCANTE FILHO, Fiscal de Vigilância, nível 10, matrícula no. 32.789, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Substituir o Chefe da Seção de Expediente e Arquivo do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, durante o afastamento do mesmo, por motivo de férias regulamentares, a partir de 1o. de novembro do fluente ano.
Distrito Federal, 17 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e tendo em vista o que consta do processo no. 610294/71-SEP,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a licença para tratamento de saúde concedida, através do Boletim no. 98/70-SEP, de 27.05.70, ao Bacharel em Direito ADALBERTO GUIMARÃES BAPTISTA, Comissário de Polícia "B", nível 22, matrícula no. 30.245, do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em virtude do mesmo não ter usufruído da referida licença.
Distrito Federal, 17 de novembro de 1971
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON – Cel.
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53 da Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965,
RESOLVE:
na forma do artigo 403 § 4o. do Decreto 59.310/66, de 23 de setembro de 1966, conceder à Comissão Permanente de Disciplina (30) dias de prazo para conclusão final do Processo Disciplina instaurado pela Portaria de 25 de agôsto de 1971, em que figura como acusado o Patrulheiro "B" - ROMILDO MENEZES PASTEL, matrícula no. 31.625.
Distrito Federal, 17 de novembro de 1971
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1o., VI, do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,
RESOLVE:
designar MIRIEL MIGUEL DOS SANTOS, Agentes Auxiliar de Polícia Federal "C", matrícula no. 2 095 556, para substituir o Chefe da Seção de Mendicância e Vadiagem, símbolo FC-7, da Delegacia de Vigilância e Capturas do Departamento de Polícia Judiciária, enquanto durar o afastamento de seu titular a partir de 9 do corrente mês.
Distrito Federal, 18 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53 da Lei 4 878, de 13 de dezembro de 1965,
RESOLVE:
instaurar Processo Disciplinar, a ser promovido pela Comissão Permanente de Disciplina, para apurar faltas atribuidas ao Patrulheiro "B" -GENIVAL FLORIANO DA SILVA, matrícula no. 31 303, conforme expediente protocolado sob o no. 7 482/71-SEP.
Distrito Federal, 19 de novembro de 1971
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68,
RESOLVE:
designar o Doutor ORESTES KUNZE BASTOS, Comissário de Polícia "B", matrícula no. ..... 30 279, para substituir, a partir de 22.11.71, o Vogal da Comissão Permanente de Disciplima WALTER DIAS, que se encontra em gôzo de férias regulamentares.
Distrito Federal, 22 de novembro de 1971
YVANILDO DE FIGUEIREDO ANDRADE DE OLIVEIRA - Cel.
Resp. p/Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 825/68,
RESOLVE:
designar o Bel. em Direito RENATO HONORATO DE AMORIM Diretor do Departamento de Trânsito, Dr. JOSÉ JOÃO COMINI, Diretor do Departamento de Polícia Técnica e o Major PM HEVER DA SILVA NOGUEIRA para, sob a Presidência do primeiro constituirem Comissão a fim de propor medidas de esclarecimento ao publico no que se refere a assuntos pertinentes ao trânsito.
Distrito Federal, 22 de novembro de 1971
YVANILDO DE FIGUEIREDO ANDRADE DE OLIVEIRA
Res. p/Secretário de Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE NOVEMBRO DE 1971
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 50, V, da Lei no. 4878/65,
RESOLVE:
aplicar a pena de 3 (três) dias de suspensão, convertidos em multa, por necessidade do serviço, ao Agente Auxiliar de Polícia "A" DEUSDEDITH FRANCISCO DA SILVA, matrícula no. 30.755, porque não comunicou a quem de direito a mensagem recebida via rádio, pertinente à inspeção da Delegacia, sustentando desconher a mesma; provado ao contrário alegou que "ouviu" mas não "entendeu", embora tenha transmitido "positivo", infringindo, assim, o artigo 364, XXIX, do Decreto no. 59.310/66.
Distrito Federal, 4 de novembro de 1971
ADERBAL SILVA
Diretor da Polícia Judiciária

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO No. 110/71 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do artigo 11, da Lei no. 5.108, de 21 de setembro de 1 966 (Código Nacional de Trânsito), combinado com o disposto no inciso II, do artigo 50, do Decreto no. 825, de 30 de setembro de 1968, e tendo em vista o que consta do processo no. 10333/71-DETRAN,
RESOLVE:

1. De conformidade com o disposto no inciso 1 e parágrafo 1o., do artigo 199, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aplicar ao condutor ELCI INACIO DA SILVA, portador da Carteira Nacional de Habilitação no. 24.561, prontuário no. 14.000, da categoria Amador, expedida pelo DETRAN-DF, a suspensão do direito de dirigir veículo automotor, pelo prazo de 2 (dois) meses, a partir desta data, por ter entregue a direção do veículo placa AA–0819–DF, a pessoa não habilitada.
2. A Seção de Expediente e Arquivo dêste Departamento, providênciará para que o referido condutor seja devidamente cientificado, expedindo-se também as necessárias comunicações aos Departamentos de Trânsito dos Estados e Territórios.
3. A presente Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 10 de novembro de 1 971
RENATO HONORATO DE AMORIM - BEL.
DIRETOR

2a. DELEGACIA DE POLÍCIA – ASA NORTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE OUTUBRO DE 1971

O DELEGADO–CHEFE DA 2a. DELEGACIA DE POLÍCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 210, inciso III, da Lei no. 1.711/52, de 28-10-1952,
RESOLVE:
Aplicar ao Apontador Fiscal RAIMUNDO POINCARÉ BATISTA COQUEIRO, matrícula no. 33.139, a pena de REPREENSÃO por haver faltado a reunião do dia 19/10/71, no Pôsto Policial da Estação Rodoviária, para a qual estava ciente, infringindo, assim, o artigo 194, inciso VII C.C. art. 204, da Lei no. 1711, de 28/10/1952.
Brasília, 20 de Outubro de 1971
Bel. Wisgner Damião
Delegado-Chefe da 2a. D.P.

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVÊRNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 1o. DE DEZEMBRO DE 1971.
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 do Decreto "N" no. 618, de 12.06.67, e tendo em vista o que consta do processo no. 40.282/70
RESOLVE:
I- Excluir da Portaria de 16 de abril de 1971 que determinou a aplicação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva para funcionários desta Secretaria, o servidor ARNALDO CORREA RABELLO, matrícula no.... 9131, a partir de 09 de novembro de 1971.
II- Determinar, nos têrmos do mencionado Decreto, a aplicação dêsse Regime ao servidor HELANO MAIA DE SOUZA, matrícula no. 9581, Coordenador de Serviços Públicos, símbolo FC-2-95 (Gratificação de Cr$... 1.173,00 (Hum mil, cento e setenta e três cruzeiros).
DISTRITO FEDERAL, 1o. de dezembro de 1971.
MÁRIO HERRERA DE MORAIS
Secretário de Serviços Públicos Substituto

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

LICENÇA MÉDICA – PRORROGAÇÃO CONCEDIDAS A FUNCIONÁRIOS – SSP
SERVIDOR: ANTÔNIO PEREIRA SAMPAIO
MATRÍCULA: 386
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 24/11/71 A 26/11/71

SERVIDOR: FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES
MATRÍCULA: 434
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 23/11/71 A 24/11/71

SERVIDOR: FORTUNATO FERREIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 792
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 20/11/71 A 23/11/71

SERVIDOR: EDSON PEREIRA CAETANO
MATRÍCULA: 795
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 22/11/71 A 30/11/71

SERVIDOR: ANTÔNIO BARROS NETO
MATRÍCULA: 2.365
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 22/11/71 A 11/12/71

SERVIDOR: ARLINDO RODRIGUES PEREIRA
MATRÍCULA: 2.410
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 20/11/71 A 09/12/71

SERVIDOR: DURVALINO FRANCISCO PIRES
MATRÍCULA: 2.477
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 16/11/71 A 25/11/71

SERVIDOR: JOÃO LINO DOMINGOS
MATRÍCULA: 2.614
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, EM 24/11/71

SERVIDOR: MANOEL MARTINS DE MELO
MATRÍCULA: 2.812
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, 10/11/71 A 09/12/71

SERVIDOR: ISRAEL JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA: 7.362
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 01/10/71 A 15/10/71

SERVIDOR: ISRAEL JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA: 7.362
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 16/10/71 a 30/10/71

SERVIDOR: ISRAEL JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA: 7.362
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 01/11/71 a 15/11/71

SERVIDOR: ISRAEL JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA: 7.362
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 16/11/71 a 14/02/72

SERVIDOR: AUSPÍCIO FERREIRA LIMA
MATRÍCULA: 10.345
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 23/11/71 A 25/11/71

SERVIDOR: VALENTIM ÂNGELO DOS PASSOS
MATRÍCULA: 10.623
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: CONCEDO, DE 18/11/71 A 24/11/71

SERVIDOR: EVANDRO CINTRA LIMA
MATRÍCULA: 11.048
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO
DESPACHO: CONCEDO, DE 20/11/71 A 30/11/71

NELSON GRADIL CARDOSO
Chefe da Seção do Pessoal – S/SSP
29 de novembro de 1971

COORDENAÇÃO DE CONCESSÕES

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO No. 806/71 CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425 de 14 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do processo no... 30.085/71,

RESOLVE:

aplicar à permissionária AUTO VIAÇÃO SÃO SEBASTIÃO LTDA a multa no valôr de Cr$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12 de 13 de dezembro de 1 967, do Sr. Secretário de Serviços Públicos, por infração ao disposto na (s) alínea (s) "a" e "o" do artigo (s) 24, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965.

Brasília, 29 de novembro de 1 971

UBIRAJARA ARAUJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 803/71 CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do processo no..... 29.960/71,

RESOLVE:

aplicar à permissionária VIPLAN- VIAÇÃO PLANALTO LTDA, a multa no valor de Cr$.. 112,50 (CENTO E DOZE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12/SSP de 13 de dezembro de 1 967, com a nova redação dada pela Portaria no. 007/71 SSP, de 02/07/71, por infração ao disposto na (s) alínea (s) do artigo (s) 26, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965.

Brasília, 26 de novembro de 1 971

UBIRAJARA ARAUJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 804/71 CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965, tendo em vista o que consta do processo no..... 29.959/71,

RESOLVE:

aplicar à permissionária VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., a multa no valôr de Cr$. 112,50 (CENTO E DOZE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12/SSP de 13 de dezembro de 1 967, com a nova redação dada pela Portaria no. 007/71 - SSP, de 02/07/71, por infração ao dispôsto na (s) alínea (s) do artigo (s) 26, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965.

Brasília, 26 de novembro de 1 971

UBIRAJARA ARAUJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 805/71 CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do processo no. 29.958/71,

RESOLVE:

aplicar à permissionária VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., a multa no valôr de Cr$. 112,50 (CENTO E DOZE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12 de 13 de dezembro de 1 967, do Sr. Secretário de Serviços Públicos, por infração ao disposto na (s) alínea (s) "f" do artigo (s) 24, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1 965.

Brasília, 26 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAUJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 807/71 CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, do Regulamento aprovado pela Portaria no. 15/SSP, de 19 de outubro de 1971,

RESOLVE:

aplicar ao permissionário PAULO ANTONIO DA SILVA, a pena de "advertência", nos têrmos do anexo I, combinado com o artigo 18, do Regulamento aprovado pela Portaria no. 015/SSP, de 19.10.71, por infração ao disposto no artigo 56, inciso XIII, do citado Regulamento.

Brasília, 29 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAÚJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 808/71-CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, do Regulamento aprovado pela Portaria no. 15/SSP, de 19 de outubro de 1971,

RESOLVE:

aplicar ao permissionário PAULO ANTONIO DA SILVA, portador da permissão no. 073 a multa no valor de Cr$112,50 (CENTO E DOZE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos do anexo 1 do Regulamento aprovado pela Portaria no. 15/SSP, de ... 19.10.71, por infração ao disposto no inciso IV, do artigo 58, do citado Regulamento.

Brasília, 29 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAÚJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 809/71 -CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, do Regulamento aprovado pela Portaria no. 015/SSP, de 19 de outubro de 1971, e tendo em vista o que consta do processo no. 28 630/71,

RESOLVE:

aplicar ao motorista do táxi placa no. TX-1140, Sr. JAYRO FERREIRA GONÇALVES, a pena de 3 (três) dias de suspensão, contados a partir da data da ciência nos têrmos do anexo II, do Regulamento aprovado pela Portaria no. 015/SSP, de 19.10.71, por infração ao disposto no inciso III do artigo 56, do citado Regulamento.

Brasília, 29 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAÚJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 810/71-CC

ATOS DO COORDENADOR

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo no. 30.198/71,

RESOLVE:

Aplicar à permissionária VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., a multa no valôr de Cr$ 1.462,50 (HUM MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12 de 13 de dezembro de 1967, do Sr. Secretário de Serviços Públicos, por infração ao disposto na(s) alínea(s) "a" e "o" do artigo(s) 24, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1965.

Brasília, 30 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAUJO
Coordenador de Concessões

ORDEM DE SERVIÇO No. 811/71-CC

O COORDENADOR DE CONCESSÕES, DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuiçoes que lhe confere o artigo 41, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do processo no. 30.197/71,

RESOLVE:

Aplicar à permissionária VIPLAN - VIAÇAO PLANALTO LTDA., a multa no valor de Cr$ 112,50 (CENTO E DOZE CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), nos têrmos da Portaria "E" no. 12/SSP de 13 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pela Portaria no. 007/71-SSP, de 02/07/71, por infração ao dispôsto na(s) alínea(s) do artigo(s) 14, do Regulamento do Serviço de Transportes Coletivos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto "N" no. 425, de 14 de julho de 1965.

Brasília, 30 de novembro de 1971

UBIRAJARA ARAÚJO
Coordenador de Concessões

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 25 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 28, combinado com o parágrafo 2o. do artigo 35, ambos do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1742 de 12 de julho de 1971

RESOLVE:

Designar EDSON RODRIGUES DE BARROS, Praticante de Administração, EP-6, matrícula no. 2480 da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o ENCARREGADO DE LIMPEZA do Distrito de Limpeza de Taguatinga, da Divisão Operacional do SLU.

Brasília, 25 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

DIVISAO OPERACIONAL
ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO No. 038/71 -DO

O DIRETOR DA DIVISAO OPERACIONAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1.742, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

SUSPENDER, por 03 (três) dias, o empregado ELY CUSTÓDIO DA ROCHA, Matrícula no. 0232, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, pelos motivos contidos na C.I. No. 101/71-DMV.

Brasília-DF., 29 de novembro de 1971.

JOSÉ APARÍCIO DE GODOY
Diretor
Divisão Operacional

ORDEM DE SERVIÇO No. 039/71 -DO

O DIRETOR DA DIVISAO OPERACIONAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1.742, de 12 de julho de 1971,

RESOLVE:

ADVERTIR, por desídia no desempenho de suas funções, o empregado AMADOR NUNES DE SOUZA, Matrícula no. 045, EP-01 da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, lotado no Distrito Metropolitano de Varrição, pelos motivos contidos na C.I. no. 093/71-DMV.

Brasília-DF., 29 de novembro de 1971.

JOSÉ APARÍCIO DE GODOY
Diretor .
Divisão Operacional

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO No. 40/71-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto no. 1765 de 05/8/71,

RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 19/11/71, 1 (um) emprêgo de Trabalhador, símbolo EP-1, da Tabela de Emprêgos Permanentes da AERB, bloqueado pelo servidor DEUSDETE ANTONIO RIBEIRO, matrícula no. 2465, do Quadro de Pessoal Provisório do Distrito Federal.

Brasília, 22 de novembro de 1971

Engo. GERSON SPINDOLA CARNEIRO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO No. 41/71 -AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto no. 1765 de 05/8/71,

RESOLVE:

ADVERTIR o servidor MANOEL PEREIRA DAS ALMAS, matrícula 114 do Quadro de Pessoal Temporário da AERB, lotado no Serviço de Conservação, por motivo de falta ao serviço sem justificativa.

Brasília, novembro de 1971

Engo. GERSON SPINDOLA CARNEIRO
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1971

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi outorgada pelo artigo 1o., item VI, do Decreto "E" No. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

DESIGNAR, ANTONIO MARQUES RODRIGUES, Oficial do Gabinete Símbolo FC-10, Matrícula No. .. 7857, para substituir em seus impedimentos eventuais da Assessora Auxiliar, Símbolo FC-6, do Gabinete do Secretário de Serviços Sociais, MARILÉDA FIGUEIRÊDO BORGES.

Brasília, 25 de novembro de 1971

OTOMAR LOPES CARDOSO
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1971

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi outorgada pelo artigo 1o. item VI, do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a partir desta data, a Portaria de 30 de setembro de 1971, que designou o servidor ANTONIO MARQUES RODRIGUES, Oficial do Gabinete Símbolo FC-10, Matrícula no. 7857, para substituir em seus impedimentos eventuais, a Assessora Auxiliar, Símbolo FC-8 do Gabinete do Secretário de Serviços Sociais.

Brasília, 25 de novembro de 1971

OTOMAR LOPES CARDOSO
Secretário de Serviços Sociais

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATA DA REUNIAO DO CONSELHO DE ARQUITETURA F URBANISMO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1971.

Aos trinta dias do mes de junho do ano de mil novecentos e setenta e um, às oito (8) horas e trinta (30) minutos, na sala de reunião do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, aí presentes os senhores: Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Delpho Pereira de Almeida e Lúcio Gomide Loures, respectivamente, Presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, teve início os trabalhos da reunião ordinária de 30 de junho do corrente ano. Após a verificação da existência de quorum, foi declarada aberta a sessão, pelo senhor Presidente, que se congratulou com os presentes, fazendo um breve relato e ressaltando os inestimáveis serviços que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal poderá prestar à Brasília. Ainda, pelo senhor Presidente, *foi apresentado o anteprojeto de modificação do Regimento Interno*, sendo distribuida uma cópia para - Conselheiro e fixado para a próxima reunião a votação final do mesmo. Em seguida, foi dada a palavra ao Conselheiro Delpho Pereira de Almeida, que sugeriu que o conselho estabelecesse quais os tipos de projetos que seriam submetidos à sua consideração, ficando decidido, por unanimidade de votos, que sòmente os assuntos que abordassem aspectos gerais ligados à filosofia básica da construção da cidade e que mereceriam à apreciação do conselho. Ainda pelo Conselheiro Delpho Pereira de Almeida foi sugerido que o Conselho analizasse alguns projetos que estão reclamando uma urgente apreciação, sugerindo, ainda, que os senhores conselheiros relatassem, verbalmente, alguns dêsses projetos. Tendo sua apreciação, digo, tendo sua proposição sido aprovada por unanimidade o Conselheiro Delpho Pereira de Almeida passou a relatar o projeto de construção dos anexos para os prédios da Esplanada dos Ministérios, de autoria do arquiteto Oscar Niemayer constante das plantas nºs 1/5. Após as necessárias explicações e debates o Conselho decidiu autorizar à Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, a realizar o desenvolvimento do projeto. Colocado em pauta o processo que estabelece a área de construção do Ginásio de Esportes, digo do Centro Esportivo de Brasília, o Conselho acolhendo parecer verbal do relator, aprovou a planta SAI-PR 64/1, determinando a devolução do processo à Coordenação de Arquitetura e Urbanismo para as providências subsequentes. Apreciando os estudos da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo que criam, a projeção nº 23, no Setor Bancário Sul, o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, favoràvelmente a aprovação do aludido estudo. Em seguida, colocado em discussão o processo nº 003254/70, que trata da utilização indevida, por arrendamento à órgão público, diária no Setor de Difusão Cultural, o Conselho resolveu determinar uma diligência, no sentido de que fôsse ouvida à Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal. O Conselho, determinou, ainda, que a Secretaria executiva desenvolvesse os detalhes do projeto ERS-Sul-EP1/2, que recomenda seja estendido à pista central do eixo rodoviário as demais ligações leste-oeste existentes. Colocado em discussão o estudo que estabelece uma maior continuidade em trechos da Via W-2 Sul, de tráfego rodoviário, o Conselho resolveu, de acôrdo com o parecer verbal do relator, aprovar por unanimidade a alteração, com o detalhe constante da planta nº 25 EP 1/1, tendo o Conselheiro Esral Pinheiro solicitado à presidência que determinasse a inclusão em ata da declaração ee voto que iria fazer, pedido que foi imediatamente deferido, pelo que transcrevemos abaixo a aludida declaração de voto, que passa a *fazer parte integrante da presente ata*, que é do seguinte teor: Voto pela abertura do tráfego na via W-2 Sul, nos moldes do estabelecido na planta nº 25-EP 1/1 por estar convencido de que havia, digo, a Via W-3 Sul, com o tempo e o desenvolvimento do Setor Comercial Central, deixará de ser Via de varejo, desafogando sensivèlmente o tráfego urbano nas suas imediações, o que possibilitará o retôrno da Via W-2 Sul ao seu traçado primitivo. Assim, apesar de estar de acôrdo com o projeto original aprovo a supracitada planta, por considerar uma solução passageira, e que, como já foi dito, após a implantação do Setor Comercial Central, poderá voltar ao seu estado originário. Aliás, o professor Lúcio Costa, autor do plano urbanístico de Brasília, também admite um, digo, também admite um decréscimo do fluxo de tráfego nas Vias W-2 Sul, em consequência da implantação do já mencionado Setor de Comércio Central. Decidiu, ainda, o Conselho por unanimidade de votos, que tôdas as plantas aprovadas deveriam ser autenticadas pelo Presidente, tendo êste determinado à Secretaria Administrativa à confecção de um carimbo próprio. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Sessão, do que, *para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva*, na qualidade de secretário administrativo "ad hoc" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes à esta Reunião. Brasília, 30 de junho de 1971. Em tempo: Ao apreciar o estudo constante da *planta nº 25 EP 1/1*, aprovado por unanimidade, determinou ainda, o Conselho, que não fossem fechadas definitivamente, as passagens de tráfego da Via W-2 Sul, para a W-3 Sul, e sim interrompidas provisòriamente. A solução definitiva só será adotada após o competente estudo do fluxo de veículos e o comportamento do mesmo face à nova situação. Brasília, 30 de junho de 1971.

PRESIDENTE: Hélio Prates da Silveira
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO: Paulo César de Ávila e Silva "ad hoc"
CONSELHEIROS: - *Israel Pinheiro*
- Delpho Pereira de Almeida
- Lúcio Gomides Loures
- Cláudio Roberto Diniz Starling
- Stênio de Araújo Bastos

Confere com o original:
Brasília, 04 de outubro de 1971.

Maria de Lourdes Rodrigues

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 1971.

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e um, às oito (8) horas e trinta (30) minutos, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, aí presentes os senhores: Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Delpho Pereira de Almeida, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling e Stênio Araújo Bastos, respectivamente, presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da reunião ordinária de 26 (vinte e seis) de julho de 1971 (mil novecentos e setenta e um). Após a verificação da existência de quorum, foi declarada aberta a sessão, tendo sido lida a Ata anterior, que, após sua discussão, foi aprovada com a insersão de um adendo na parte em que trata da aprovação do EP W-2 1/1 sôbre a Via W-2 Sul. Em seguida, passando a Ordem do Dia, o Conselho acolhendo parecer dos respectivos relatores, aprovou, por unanimidade, os seguintes processos: a) Processo nº 02095/71, que contém estudos para a localização da Indústria de Produtos de Origem Animal e Vegetal, com as ressalvas propostas no relatório - Tendo sido relator o Conselheiro Lúcio Gomide Loures; b) *Estudo Preliminar L-2 1/1* de duplicação da *Via L-2 Sul*, estabelecendo em dez metros e meio a largura da nova pista, sendo as mesmas separadas por um canteiro central - Ficando a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo autorizada a desenvolver o Projeto definitivo - Relator Conselheiro Delpho Pereira de Almeida; c) Processo nº 304573/71, que contém estudos para a localização da Central de Abastecimento de Brasília, decidiu o Conselho determinar à Coordenação de Arquitetura e Urbanismo a confecção de nova planta, aglutinando os lotes abrangidos, a fim de permitir à NOVACAP que proceda a novo registro em cartório, da planta definitiva - Relator Conselheiro Stênio Araújo Bastos. O Conselho resolveu converter o julgamento em diligência dos seguintes processos: a) Processo nº 2.719/69 que contém estudos que visam a estabelecer a Zona de Proteção do Aeródromo de Brasília - Relator Conselheiro Delpho Pereira de Almeida, que foi também incumbido de manter contactos diretos com as autoridades aeronáuticas para maior exame do Decreto que estabelece o gabarito da área de proteção; b) Processo nº 916.410/71, que contém projeto que modifica o Setor de Mansões Isoladas Norte - O Conselho decidiu converter o julgamento em diligência para que a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo solicite ao órgão interessado, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF) o programa de ocupação da área - Relator Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling. Ao apreciar o Processno nº 800.877/71, *que solicita autorização para modificar a utilização de áreas* do Núcleo Bandeirante, o Conselho entendeu não haver inconveniente na mudança de destinação, ressalvados os direitos da NOVACAP, quanto à reavaliação - Relator Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling. O Conselho apreciando o traçado da Via W-3 Norte resolveu, por unanimidade, autorizar a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo a rever os estudos iniciais, para incluir a construção de pistas de desaceleração. O Conselho acolhendo o voto do relator Delpho Pereira de Almeida, negou a solicitação formulada pela Caixa Econômica Federal, para que fosse transformada a Área Especial nº 9, do Setor de Áreas Isoladas de Sobradinho, em Áreas Residenciais. Processo nº 77.250/70. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, na qualidade de Secretário "ad hoc" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes a esta reunião. Brasília, 26 de julho de 1971.

PRESIDENTE : Hélio Prates da Silveira
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO : Paulo César de Ávila e Silva "ad hoc"
CONSELHEIROS: - Israel Pinheiro
- Delpho Pereira de Almeida
- Lúcio Gomide Loures
- Cláudio Roberto Diniz Starling
- Stênio de Araújo Bastos

Confere c/o original:
Brasília, 24 de agôsto de 1971.
Maria de Lourdes Rodrigues

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO REALIZADA EM 23 DE AGÔSTO DE 1971.

Aos vinte e três dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e setenta e um (1971), às oito (8) horas e trinta (30) minutos, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, aí presentes os senhores: Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Delpho Pereira de Almeida, Lúcio Gomide Loures, Claudio Roberto Diniz Starling e Stênio Araújo Bastos, respectivamente, presidente e membros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da terceira reunião ordinária em 23 de agôsto de 1971(mil novecentos e setenta e um). Após a verificação da existência de quorum, foi declarada aberta a sessão, tendo sido lida a Ata anterior, que, após sua discussão, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando a Ordem do Dia, o Conselho passou a discutir a redação final do Regimento Interno, que foi, ao final aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, na qualidade de Secretário Administrativo "ad hoc" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes a esta reunião. Brasília, 23 de agôsto de 1971.

PRESIDENTE : Hélio Prates da Silveira
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO : Paulo César de Ávila e Silva "ad hoc"
CONSELHEIROS : - Israel Pinheiro
- Delpho Pereira de Almeida
- Lúcio Gomide Loures
- Cláudio Roberto Diniz Starling
- Stênio de Araújo Bastos

Confere c/o original.
Brasília, 24 de agôsto de 1971

Maria de Lourdes Rodrigues

ATA DA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1971 -

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e um (1971), às oito (8) horas e trinta (30) minutos, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, aí presentes os senhores: Hélio Prates da Silveira, Israel Pinheiro, Delpho Pereira de Almeida, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Aloysio de Carvalho Silva respectivamente, presidente, membros e Secretário Executivo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, quando tiveram início os trabalhos da reunião ordinária de 27 (vinte e sete) de setembro de 1971 (mil novecentos e setenta e um). Após a verificação da existência de quorum, foi declarada aberta a sessão, tendo sido lida a ATA anterior, que, após sua discussão, foi aprovada sem nenhuma modificação. Em seguida, passando à Ordem do Dia, o Conselho acolhendo o Relatório verbal do relator - Conselheiro Stênio de Araújo Bastos - homologou a planta SAI-PR 58/1, constante do processo 303.003/71. Ao apreciar a solicitação da *Associação Comercial e Industrial de Taguatinga*, foi, por unanimidade, aprovado o parecer constante de fls. 21/22 do Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling que opina pelo indeferimento da solicitação de fls. 01/02 do processo nº 5598/69. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, na qualidade de Secretário Administrativo "ad hoc" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes a esta reunião. Brasília, 27 de setembro de 1971.

PRESIDENTE : Hélio Prates da Silveira
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO: Paulo César de Ávila e Silva "ad hoc"
CONSELHEIROS - Israel Pinheiro
- Delpho Pereira de Almeida
- Lúcio Gomide Loures
- Cláudio Roberto Diniz Starling
- Stênio de Araújo Bastos

SECRETÁRIO EXECUTIVO - Aloysio de Carvalho Silva

ATA DA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO - REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1971 -

Aos vinte e cinco dias do mes de outubro do ano de mil novecentos e setenta e um (1971), às nove (09) horas, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, aí presentes os senhores Delpho Pereira de Almeida, Israel Pinheiro, Lúcio Gomide Loures, Cláudio Roberto Diniz Starling, Stênio de Araújo Bastos e Aloysio de Carvalho Silva, respectivamente membros e Secretário Executivo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, tendo assumido a presidência dos trabalhos o conselheiro Delpho Pereira de Almeida, em virtude da ausência do Presidente efetivo, Após a verificaçao da existência de "quorum", foi declarada aberta a sessão, tendo sido lida a *ATA anterior, que*, após sua discussão, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passando à Ordem do Dia, o Conselho acolhendo o Relatório do Conselheiro Cláudio Roberto Diniz Starling, resolveu aprovar a proposta do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), concedendo-lhe a área solicitada e aprovando o respectivo plano de ocupação, condicionando a ocupação de 1,5 ha. que, segundo o supracitado plano se destina a "uso futuro" à nova apreciação do Conselho. A seguir, foi apresentado pela Secretaria Executiva do Conselho o processo Nº 306.886/71, que trata da solicitação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no sentido de ser alterado o gabarito de sua projeção no Setor Bancário Norte. Após a discussão da matéria do Conselho resolveu adotar o gabarito de vinte um pavimentos para as projeções "A" e "B", de que trata o Estudo Preliminar EP/2/1, constante de fls. 04 do Processo Nº 306.886/71. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Paulo César de Ávila e Silva, na qualidade de Secretário Administrativo, "ad hoc" do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, lavrei a *presente Ata, que depois de lida e achada conforme*, vai assinada por todos os presente a esta reunião. Brasília, 25 de outubro de 1971.

Presidente em Exercício: Delpho Pereira de Almeida
Secretário Administrativo: Paulo César de Ávila e Silva "ad hoc"
Conselheiros - Israel Pinheiro
- Lúcio Gomide Loures
- Cláudio Roberto Diniz Starling
- Stênio de Araújo Bastos
- Aloysio de Carvalho Silva

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA No. 71/71-PRG DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971 O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o item VI do artigo 1o., do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,
RESOLVE:
Dispensar, a partir desta data, LAIRES DE OLIVEIRA ZEIDAN, Escriturária, nível 08, matrícula no. 12.572, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de substituta eventual do Chefe da Seção de Desapropriação da 3a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral.
PRG, 22 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 76/71, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item I, do art. 1o. do Decreto no. 976, de 16 de abril de 1969,
RESOLVE:
Lotar, a partir desta data, ROLANDO LUIZ ÁLVARES DA CRUZ' Procurador de 1a. Categoria, Matrícula no. 16593, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na 2a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral.
Brasília, 22 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 78/11, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o item VI do artigo 1o. do Decreto no. 340, de 12 de dezembro de 1970,
RESOLVE:
Designar, a partir desta data, LAIRES DE OLIVEIRA ZEIDAN, Escriturária, nível 08, matrícula no. 12.572, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais o Chefe da Seção de Documentação Imobiliária da 3a. SPRG, da Procuradoria-Geral.
PRG, 22 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 79/71-PRG DE 22 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o item VI do artigo 1o. do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1971,
RESOLVE:
Dispensar, a partir desta data, ZENAIDE DE LIMA E ALVES, Oficial de Administração, nível 14, matrícula no. 9871, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de Substituta eventual do Chefe da Seção de Registro e Contrôle de Feitos da 3a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral
PRG, 22 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 80/71, DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o item VI do artigo 1o. do Decreto no. 340, de 12 de dezembro de 1970,
RESOLVE:
Designar, a partir desta data, ZENAIDE DE LIMA E ALVES, Oficial de Administração, nível 14, matrícula no. 9871, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir em seus impedimentos eventuais a Secretária-Datilógrafa da 3a. Subprocuradoria-Geral da Procuradoria-Geral.
PRG,22 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG. No. 81/71 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7o. do Decreto no. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
Conceder a partir de 01 de outubro de 1971, ao servidor FERNANDO NORMALHO MILLIONS, Oficial de Administração, nível 14, Matrícula no. 16 043, lotado no Serviço de Administração da Procuradoria Geral, a gratificação de Representação de Gabinete correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de seus vencimentos nos têrmos do artigo 2o. do Decreto no. 1270, citado.
Brasília, 26 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINOCARVALHO
Procurador-Gejal

PORTARIA PRG No. 82/71 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7o. do Decreto no. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
Conceder a partir de 01 de novembro de 1971, ao servidor GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS CALADO, Escriturário, nível 8, Matrícula no. 2052, lotado no Serviço de Administração da Procuradoria-Geral, a gratificação de Representação de Gabinete, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de seus vencimentos nos têrmos do artigo 2o. do Decreto no. 0270, citado.
Brasília, 26 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINOÇARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 83/71-PRG DE 29 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e de acôrdo com o item VI do artigo 1o. do Decreto "E" no. 340, de 12 de dezembro de 1967,
RESOLVE:
Dispensar, a partir desta data JÚLIA MARIA FEITOSA, Escriturária, Nível 8-A, Matrícula no. 8 522, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de Substituto eventual do Chefe da Seção de pessoal e Financeira da Procuradoria Geral.
PRG, 29 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 84/71-PRG, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1971
O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sus atribuições legais e de acôrdo com o item VI do artigo 1o. do Decreto no. 340, de 12 de dezembro de 1970,
RESOLVE:
Designar, a partir desta data, OSVALDO XAVIER DA SILVA, Escriturário, Nível 08-A, Matrícula no. 2 226, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais o Chefe da Seção do Pessoal e a da Procuradoria-Geral.
PRG, 29 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

PORTARIA No. 85/71-PRG, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Revogar a partir de 03 de dezembro do corrente, a Portaria de 26 de janeiro de 1971, que concedeu ao servidor JOSÉ LUIZ MARTINS SOBRINHO, Chefe da Seção de Cobrança da Dívida Ativa, da 2a. Subprocuradoria-Geral, matrícula no. 8506, a Gratificação de Representação de Gabinete correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da função, símbolo FC-8.

Brasília, 02 de dezembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador Geral

PORTARIA No. 86/71-PRG, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1971
O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7o. do Decreto no. 1270, de 13 de janeiro de 1970, e ainda o que consta do processo no. 02303/71,
RESOLVE:
Conceder, nos têrmos do artigo 5o., do mencionado Decreto, ao servidor MIRMILON MENEZES DE MENDONÇA, Chefe da Seção de Cobrança da Dívida Ativa, da 2a. Subprocuradoria-Geral, da Procuradoria-Geral, Símbolo FC-8, matrícula no. 2 204, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a Gratificação de Representação de Gabinete correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da Função em Comissão que exerce, a partir de 03 de dezembro do corrente.
Brasília, 02 de dezembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

DESPACHOS

Processo no.: 29 020/71
Interessado: MARIA ALVES DOS SANTOS
Assunto: Solicita autorização para participar do Projeto Rondon A vista do pronunciamento da 1a. SPRG, autorizo o afastamento da servidora Maria Alves dos Santos, matrícula no. 8852, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para participar no período de 05/01/72 a ... 20/02/72 do Projeto Rondon IX de acôrdo com os dispositivos do Decreto no. 67 505, de 06/11/70 A servidora deverá apresentar, quando de seu retôrno certificado comprobatório de participação do Projeto supracitado.
Publique-se.
PRG, 29 de novembro de 1971
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Geral

DESPACHOS DO PROCURADOR CHEFE

PROCESSO No.: 25.191/71
INTERESSADO: AGRICIO BRAGA
ASSUNTO: Parcelamento de Impôsto
AGRICIO BRAGA, requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel, nos exercícios de 70.
Processo devidamente instruído. Certidões de débito juntadas às fls. 04 a 06
Cálculos atualizados às fls. 08
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 12,02 (doze cruzeiros e dois centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 07 (sete) prestações mensais. A primeira é maior, no valor de Cr$ 105,59 (cento e cinco cruzeiros e cinquenta e nove centavos), vencerá quarenta e oito horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$ 104,00 (cento e quatro cruzeiros), cada, uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as notas promissórias avalizadas, por fôrça de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 17 de novembro de 1971.
2a. Subprocuradoria-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe

PROCESSO No. 14 195/71
INTERESSADO: FELICIA NASCIMENTO PAMPOLIM
ASSUNTO: Parcelamento de Impôsto.
FELICIA NASCIMENTO PAMPOLIM, requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel, nos exercícios de 67/68 e 70.
Processo devidamente instruído Certidões de débito juntadas às fls. 04 a 06
Cálculos atualizados às fls. 08
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 28,06 (vinte e oito cruzeiros e seis centavos) correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 369,99 (trezentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa e nove centavos), vencerá quarenta e oito horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria, geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$.. 367,50 (trezentos e sessenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos, cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as notas promissórias avalizadas, por fôrça de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 11 de novembro de 1 971
2a. Subprocuradoria-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe

PROCESSO No.: 29.820/71
INTERESSADO: JOSUÉ MALTA ANDRADE
ASSUNTO: Parcelamento de Impôsto
JOSUÉ MALTA ANDRADE, requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel, nos exercícios de 1969/70.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls. 3/4.
Cálculos atualizados às fls. 5.
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo. concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 54,60 (cinquenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 07 (sete) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 423,13 (quatrocentos e vinte e três cruzeiros e treze centavos), vencerá quarente e oito horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$ 419,50 (quatrocentos e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos), cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as notas promissórias avalizadas, por fôrça de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de novembro de 1971
2a. Subprocuradoria-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe

PROCESSO No.: 29.916/71
INTERESSADO: DAVINO CADETE DA SILVA
ASSUNTO: Parcelamento de Impôsto.
DAVINO CADETE DA SILVA, requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel, nos exercícios de 1969.
Processo devidamente instruído.
Certidão de débito juntadas às fls. 3.
Cálculos atualizados às fls. 4.
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 15,75 (quinze cruzeiros e setenta e cinco centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 272,52 (duzentos e setenta e dois cruzeiros e cinquenta e dois centavos), vencerá quarenta e oito horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$ 270,50 (duzentos e setenta cruzeiros e cinquenta centavos), cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as notas promissórias avalizadas, por fôrça de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 03 de dezembro de 1971
2a. Subprocuradoria-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe

PROCESSO No.: 13.531/71
INTERESSADO: ACERY FERNANDO D. DE PASSOS OLIVEIRA
ASSUNTO: Parcelamento de Impôsto.
ACERY FERNANDO D. DE PASSOS OLIVEIRA, requereu parcelamento de seu débito fiscal para com o Govêrno do Distrito Federal, incidente sôbre seu imóvel, nos exercícios de 1967/70.
Processo devidamente instruído.
Certidões de débito juntadas às fls. 3/20.
Cálculos atualizados às fls. 22.
Nada a ilidir o requerido.
Decidindo, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos), correspondente à mora do período de parcelamento, seja pago em 03 (três) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 164,96 (cento e sessenta e quatro cruzeiros e noventa e seis centavos), vencerá quarenta e oito horas após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança, na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no "Distrito Federal". As demais parcelas no valor de Cr$ 162,00 (cento e sessenta e dois cruzeiros), cada uma, vencerão nos dias 28 de cada mês.
Dispenso as notas promissórias avalizadas, por fôrça de dispositivo legal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 03 de dezembro de 1971
2a. Subprocuradoria-Geral
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador-Chefe

CONTRATOS E CONVÊNIOS

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3-SUL - QUADRA 515 - ENTRE OS BLOCOS "B" E "C", DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRÉCÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos dez (10) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito Federal, situada na Av. W/3-Sul, Quadra 515, entre os Blocos "B"e"C", na conformidade do disposto no Artigo 24 da lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal , representado nêste' ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, engenheiro PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº ..... 27 092/70, e do outro lado à Senhora WALDELICE PIRES MARTINS, brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta capital , doravante denominada simplesmente AUTORIZADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O Distrito Federal autoriza a ocupação pela AUTORIZADA, da área situada na Av. W/3-Sul, Quadra 515, entre os Blocos "B" e "C", destinada a instalação de uma banca para a venda de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário, e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA- A AUTORIZADA montará por sua conta na área objeto do presente têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica, pré-fabricada, tipo B-PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- A AUTORIZADA obriga-se a manter a banca de jornais e revistas a que se refere a cláusula anterior , com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA- A AUTORIZADA obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal através da Secretaria de Serviços públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1ª)- pagamento da multa no valor de um (1) Salário Mínimo Regional, ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; 2ª)- a cobrança da multa retroferida em dôbro, no caso de reincidência; 3ª)- cassação da Autorização por ato do Secretario de Serviços Públicos, com a conseguente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização à AUTORIZADA, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal, ou no Estabelecimento Bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- A AUTORIZADA pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupação mensal, no valor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos) até o décimo (10º)dia do mês subsequente ao vencido, no, órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no Estabelecimento Bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula , será reajustável, na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da lei nº 4 380 de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso no pagamento da taxa de ocupação, acarretará uma multa no valor de dez por cento (10%) calculada sôbre o valor da Taxa de Ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos) depositados pela AUTORIZADA nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº..... 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA- O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA- Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim, a AUTORIZADA obriga-se a desocupar o imóvel , dele retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelada para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- A AUTORIZADA desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que a AUTORIZADA possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta da AUTORIZADA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº1 653/71, e o Edital Nº11/70-C.C.S.S,P, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o fôro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo , para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ªSubprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela Autorizada: (a.) WALDELICE PIRES MARTINS; Testemunhas: (a.) Geraldo Antônio de Medeiros Calado, e (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 10, fls. 386/388 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 10/11/1971.

VISTO:
Em 1º/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA — GERAL

TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA, PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A FIRMA SAMPAYO & RODRIGUES LTDa. na forma abaixo.

Aos 24 dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), assinou-se êste Têrmo de Ocupação, de um lado, o GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSÊCA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, devidamente autorizado pelo Decreto "E" Nº 277, de 6 de outubro de 1.967, e do outro lado, a Firma SAMPAYO & RODRIGUES LTDa., no ato representada pelo Senhor RAMON SAMPAYO ALVAREZ, espanhol, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominadas simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Ocupação de Área, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Têrmo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei, Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964. CLÁUSULA SEGUNDA - Êste Têrmo de Ocupação compreende a dependência denominada por BOX 1.14. CLÁUSULA TERCEIRA Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de Vitaminas, Refrescos, Refrigerantes, Biscoitos, Balas, Chocolates, Doces, Salgados, Leite, Cafe, Cigarros e Bebidas em Geral, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE, os aparelhos por êle instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pela OUTORGADA, em perfeito estado de conservação no término ou rescisão do presente Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se à respeitar e fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como às Instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional, ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior, será cobrada em dôbro. O Têrmo de Ocupação será rescindido sem que caiba direito de indenização à OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento, do recinto da Estação Rodoviária de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, às despesas com enérgia elétrica, telefone, gás, água, esgôtos, bem como o pagamento de todos os impôstos, taxas e da cota á parte te o que lhe couber em rateio pelo consumo de enérgia elétrica nos locais de acesso à área objeto dêste Têrmo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de novembro de 1.971, uma taxa de Ocupação mensal de Cr$ 436,53 (quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e cincoenta e três centavos), até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de Ocupação estabelecida na cláusula anterior, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Têrmo de Ocupação é de dois (2) anos, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da CONCESSÃO. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio de acôrdo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que, por acaso ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes na área aludida na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE, ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto à higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao do comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêste Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Têrmo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A OUTORGADA depositará no Banco Regional da Brasília - Agência Central, Caução equivalente a 3 (três) meses correspondente ao valor da taxa de Ocupação, como garantia dêste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente Têrmo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Correrão por conta da OUTORGADA tôdas às despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suae cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela OUTORGADA: (a.) RAMOM SAMPAYO ALVAREZ; Testemunhas: (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

EM TEMPO: Na cláusula décima primeira onde se lê: Cr$ 436,53 (quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e cincoenta e três centavos), Leia-se: Cr$ 432,45 (quatrocentos e trinta e dois cruzeiros e quarenta e cinco centavos).

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 10, fls. 304/306 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 24/11/1971.

VISTO:
Em 1º/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA — GERAL

TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA , QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA A FIRMA SAMUEL CREDMANN, NA FORMA ABAIXO.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), assinou-se êste Têrmo de Ocupação, de um lado o Govêrno do Distrito Federal no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, DOUTOR PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Govêrnador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº 31 355/70, e do outro lado a firma SAMUEL CREDMANN,no ato representada pelo Senhor SAMUEL CREDMANN, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominadas simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Ocupação de Área, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O presente Têrmo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da lei nº.... 4.545 de 10 de dezembro de 1 964. CLÁUSULA SEGUNDA- Êste Têrmo de Ocupação compreende a dependência denominada por BOX 3.17. CLÁUSULA TERCEIRA- Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização por escrita do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA- A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de bilhetes de loterias, fazendo-o exclusivamente na dependência objeto dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA- Pertencem ao OUTORGANTE, os aparelhos por êle instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pela OUTORGADA, em perfeito estado de conservação , no término ou rescisão do presente Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento-Geral da Estação Rodoviária , do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA- O não cumprimento do Regulamento-Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de um (1) Salário Mínimo Regional, ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA- Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior, será cobrada em dôbro, o Têrmo de Ocupação será rescindido sem que caiba direito de indenização à OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento-Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA- O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniênte ao interêsse público. CLÁUSULA DÉCIMA- São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, as despesas com energia elétrica, gás,água e esgotos, bem como o pagamento de todos os impôstos, taxas, e da cota a parte que lhe couber em rateio pelo consumo de energia elétrica nos locais de acesso a área objeto dêste Têrmo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de dezembro de 1 971, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$259,20 (duzentos e cincoenta e nove cruzeiros e vinte centavos), até o décimo (10º) dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- O valor da taxa de ocupação estabelecida na cláusula anterior , será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da lei nº 4 380 de 21 de agôsto de 1 964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- A vigência do presente Têrmo de Ocupação é de dois (2) anos, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acôrdo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que por acaso ocorrerem nas instalações, e demais objetos existentes na área aludida na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- A asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE, ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas melhores casas de conceito, de modo especial quanto a higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar pelas mercadorias que vender, prêço superior ao do comércio estabelecido na cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- A infração ou violação pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêste Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão , sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- O presente Têrmo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA- A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília - Agência Central, caução equivalente a três (3) meses, correspondente ao valor da Taxa de Ocupação, como garantia dêste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- O presente Têrmo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- Correrão por conta da OUTORGADA tôdas as despesas de correntes da lavratura e publicação dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- Fica eleito o Foro de Brasília -DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. - E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal, (a.) PAULO DA FONSECA VIANA. - Pela OUTORGADA, (a.) SAMUEL CREDMANN. Testemunhas: (a.) FERNANDO OZÓRIO FILHO e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 11, fls. 361/364 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 3/11/1971.

VISTO:
Em 1º/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA — GERAL

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AVENIDA W/3 NORTE-SCLR - QUADRA 713, ENTRE OS BLOCOS EC/2A-1 E EC/2A-3. DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. NA FORMA ABAIXO.

Aos dezenove (19) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para Ocupação de Área de domínio do Distrito Federal, situada na Avenida W/3-Norte-SCLR-Quadra 713, entre os Blocos EC/2A-1 e EC/2A-3, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, engenheiro PAULO FONSECA VIANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº 27.092/70, e do outro lado o JOÃO GONZAGA BEZERRA, brasileiro, solteiro, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições : CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na Avenida W/3-Norte-Quadra 713, entre os blocos EC / 2A-1 e EC/2A-3, destinada a instalação de uma banca para venda de Jornais, Revistas e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica pré-fabricada, do tipo JLR/PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga-se a manter a Banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: I)- pagamento da multa no valor de um (1) salario mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II)- a cobrança da multa retroreferida em dôbro no caso de reincidência; III)- cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao Autorizado, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), até o décimo (10º) diasdo mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO - PRIMEIRO - O valor da taxa de ocupação fixado na presente cláusula será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4 380, de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso ao pagamento da taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculado sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora . CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos), depositados pelo AUTORIZADO, nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim, o Autorizado obriga-se a desocupar o imóvel, dele retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro)meses,contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O Regulamento pra exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71 e o Edital Nº 11/70 C.C.S.S.P, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA-DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já menciodas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal : (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo AUTORIZADO: (a.) JOÃO GONZAGA BEZERRA Testemunhas: (a.) Geraldo Antônio de Medeiros Calado, e (a.) Rita de Cassia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º ..... fls. ..... da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, .../..../19..

VISTO:
Em 29/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro
de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS 302, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para Ocupação de Área de domínio do Distrito Federal, situada na SQS 302, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, engenheiro PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº 27.092/70, e do outro lado o Senhor SILVESTRE LOPES DA SILVA, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições : CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na SQS 302, destinada a instalação de uma banca para venda de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo JLR-B/PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga se a manter a banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades : I) -pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II) - a cobrança da multa retrorreferida em dôbro, no caso de reincidência; III) - cassação da autorização por ato de Secretário de Serviços Públicos, com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou noestabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma Taxa de Ocupação Mensal no valor de Cr$ 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros) até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO -O valor da taxa de ocupação fixado na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agôsto de 1964 e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso do pagamento da Taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (cento e oito cruzeiros) depositados pelo AUTORIZADO,nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - Esta autorização é outorgada em caráter precário, assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, dêle retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO - O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos vinte e quatro (24) meses, contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA - A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente Têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o Autorizado possa exigir quaiquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" , correrão por conta do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulemento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.653/71 e o Edital nº 11/70-CCSSP, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nele trascrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Fôro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaiquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL : (a) PAULO DA FONSECA VIANA. Pelo AUTORIZADO : (a) SILVESTRE LOPES DA SILVA. Testemunhas : NANCY CARVALHO LIMA, e (a) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10 fls. 362/369 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 26/11/1971

VISTO:
Em ../../19..

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro
de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3 - Q.711 SHIG-SUL, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos 12 dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do DISTRITO FEDERAL, situada na Av. W/3 - Quadra 711 - SHIG -SUL, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964, de um lado o DISTRITO FEDERAL, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Senhor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 27.092/70, e do outro lado, a Senhora ANTONIA FRANÇA FILHA, brasileira, solteira, jornaleira, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada simplesmente AUTORIZADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pela AUTORIZADA da área situada na Av. W/3 Quadra 711 SHIG Sul, destinada a instalação de uma Banca para venda de Jornais, Revistas e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras Leis. CLÁUSULA SEGUNDA - A AUTORIZADA montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma Banca de Jornais e Revistas, metálica, pré-fabricada, tipo B-PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - A AUTORIZADA obriga-se a manter a Banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as caracteristicas constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - A AUTORIZADA obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, às Instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, atraves da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediência às Instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1) pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; 2) a cobrança da multa retroreferida em dôbro, no caso de reincidência; 3) cassação da Autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos; com a conseqüente rescisão automática do Ajuste, sem qualquer direito de indenização à AUTORIZADA, no caso de terceira infrigência PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento Bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA - A AUTORIZADA pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento Bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa de Ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de Ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL reterá a título de Caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos), depositados pela AUTORIZADA, nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1.653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA - Esta Autorização é outorgada em caráter precário assim a AUTORIZADA, obriga-se a desocupar o imóvel, dele retirando a Banca que colocou nos Têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelada para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO - A AUTORIZADA desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura dêste Documento. CLÁUSULA NONA - A inadimplência de qualquer das cláusulas do presnete Têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que a AUTORIZADA possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta da AUTORIZADA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº 1.653/71, e o Edital Nº 11/70-C.C.S.S.P., passam a fazer parte integrante do presente Ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA: Pela AUTORIZADA; (a.) ANTONIA FRANÇA FILHA: Testemunhas; (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10 fls. 295/379 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 12/11/1971

VISTO:
Em ../../1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro
de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA, PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A FIRMA RITA MILAIR DANTAS CREDMANN. Na forma abaixo.

Aos 18 (dezoito) dias do Mês novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), assinou-se êste Têrmo de Ocupação, de um lado o Govêrno do Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Decreto "E" Nº 277, de 06 de outubro de 1 967, e, do outro lado a Firma RITA MILAIR DANTAS CREDMANN, no ato representada pela Senhora RITA MILAIR DANTAS CREDMANN, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada nesta Capital, doravante deniminada simplesmente OUTORGANTE E OUTORGADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Ocupação de Área, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA -O presente Têrmo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da Lei Nº 4 545 de 10 de dezembro de 1 964. CLÁUSULA SEGUNDA- Êste Têrmo de Ocupação compreende a dependência denominada por BOX 3. 19. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização por escrita do OUTORGANTE, sendo que qualquer beifeitoria fica desde logo incorporada ao imôvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de Banca de Jornais, Revistas e Similares, fazendo- o exclusivamente na depedência, objeto dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA- Pertencem ao OUTORGANTE, os aparelhos por êle instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pela OUTORGADA, em perfeito estado de conservação, no têrmino ou rescisão do presente Têrmo de Ocupação: CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como às instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de 1 (um), salário mínimo regional do Distrito Federal do OUTORGANTE.CLÁUSULA OITAVA- Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, ammulta prevista na cláusula anterior, será cobrada em dôbro. O Têrmo de Ocupação será rescindido, sem que caiba direito de indenização a OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA- O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, às despesas com enérgia elétrica, telefone, gás, água e esgôtos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas e da cota à parte o que lhe couber em rateio pelo consumo de enérgia elétrica nos locais de acesso à área objeto dêste Têrmo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de novembro de 1.971, uma taxa de ocupação no valor mensal de Cr$ 259,20 (duzentos e cincoenta e nove cruzeiros e vinte centavos), até o (10º) décimo dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de Ocupação estipulada na cláusula anterior será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Têrmo de Ocupação é de 2 (dois) anos, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da Concessão.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acôrdo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que, por acaso, ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes na área aludida na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE,ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisítos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto à higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar pelas mercadorias que vender preço superior ao do comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêste Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Têrmo de Ocupação, não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉCIMA A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília - Agência Central, Caução, equivalente a 3 (três) meses correspondente ao valor da taxa de Ocupação, como garantia dêste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA -O presente Têrmo de Ocupação, só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Correrão por conta da OUTORGADA tôdas às despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal para dirimir quaisquer dûvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do DISTRITO FEDERAL, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela OUTORGADA: (a.) RITA MILAIR DANTAS CREDMANN; Testemunhas: (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 334/336 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 18 / 11 / 1971

VISTO: Em 2 / 12 / 1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA - GERAL

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3 - QUADRA 707 - SHIG-SUL, DESTINADA A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos 16 dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área, de domínio do DISTRITO FEDERAL, situada na Av. W/3 - Quadra 707 - SHIG-SUL, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 17.092/70, e, do outro lado o Senhor JOSÉ VASCONCELOS VALADÃO, brasileiro, casaóo, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital,doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmaro presente Têrmo de Autorização de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pelo AUTORIZADA da área situada na Av. W/3 - Quadra 707 - SHIG-SUL, destinada a instalação de uma Banca para a venda de Jornais, Revistas e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula, será feita a título, precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras Leis. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma Banca de Jornais e Revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo B-PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO, se obriga a manter a Banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do Projeto, e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, às instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência as Instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: l) pagamento da multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional ao DISTRITO FEDERAL,quando da priemira infração; 2) a cobrança da multa retroreferida em dôbro no caso de reincidência; 3) cassação da Autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO pagará ao GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL, a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de Ocupação mensal, novalor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa de Ocupação fixado na presente cláusula, será reajustável, na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964, e acompanhará as alterações que porventura venha a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso do pagamento da taxa de Ocupação, acarretará uma multa no valor 10º (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de Ocupação, independentemente da incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, reterá a título de Caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos), depositada pelo AUTORIZADO nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1.653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL.CLÁUSULA OITAVA - Esta Autorização é outorgada em caráter precário. Assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imôvel, dele retirando a Banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO - O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente da interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura dêste Documento. CLÁUSULA NONA - A inadimplência da qualquer das cláusulas do presente Têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os Regulamento para exploração de Bancas de Jornais e Revistas no DISTRITO FEDERAL, aprovado pelo Decreto Nº 1.653/71, e do Edital Nº 11/70-C.C.S.S.P., passam a fazer parte integrante do presente ajuste, com se nele transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dûvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas (sete) 7 cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo AUTORIZADO: (a.) JOSÉ VASCONCELOS VALADÃO; Testemunhas; (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. [illegible] da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 29 / 11 / 1971

VISTO: Em 29 / 11 / 1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA - GERAL

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS. 215, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO' PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos oito (8) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971) firmou-se o presente Têrmo de Autorização para Ocupação de área de domínio do Distrito Federal, situada na SQS. 215, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, engenheiro PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº 17 092/70, e do outro lado à Senhora MARIA DO SOCORRO DA SILVA E SOUZA, jornaleira, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada simplesmente AUTORIZADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O Distrito Federal autoriza a ocupação pela AUTORIZADA, da área situada na SQS. 215, destinada a instalação de uma banca para a venda de jornais e revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA- A AUTORIZADA montará por sua conta na área objeto do presente têrmo, uma banca de jornais e revistas, pré-fabricada, metálica, tipo B-PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- A AUTORIZADA obriga-se a manter a banca de jornais e revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto, e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA- A AUTORIZADA obriga-se outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediência as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1a)- pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; 2a)- a cobrança da multa retroreferida em dôbro no caso de reincidência; 3a)- cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização a autorizada, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- A AUTORIZADA pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros) até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º da lei nº 4 380 de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso do pagamento da taxa de ocupação, acarretará uma multa no valor de dez por cento (10%) calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (cento e oito cruzeiros) depositados pela AUTORIZADA, nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1 653/71.CLÁUSULA SÉTIMA- O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA- Esta autorização é outorgada em caráter precário, assim, a AUTORIZADA obriga-se a desocupar o imôvel, dele retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelada para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- A AUTORIZADA desocupará também a área independentemente de interpelação, decorridos vinte e quatro (24) meses contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de quaisquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que a AUTORIZADA possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no órgão oficial "Distrito Federal" correrão por conta da AUTORIZADA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O Regulamento para exploração de Banca de jornais e revistas no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº... 1 653/71, e o Edital nº 11/70-CCSSP, passam a fazer parte integrante e inseparável do presente ajuste, como se nele transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o Fôro de Brasília DF, para dirimir .. quaisquer dûvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraidas sete (7) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal , depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal, (a.) PAULO DA FONSECA VIANA. Pela AUTORIZADA, (a.)MARIA DO SOCORRO DA SILVA E SOUZA. Testemunhas: (a.) FERNANDO OZÓRIO FILHO, e, (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 363/364 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 3 / 11 / 1971

VISTO: Em 1º / 12 / 1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1.ª SUBPROCURADORIA - GERAL

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

ADITAMENTO AO TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS. 109, DESTINADA À INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO .

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o DOUTOR PAULO DA FONSECA VIANA , brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, representando o Distrito Federal conforme delegação de podê - res do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal , expressamente exarada no processo nº 15 632/70, e do outro lado o Senhor EDIMAR VASCONCELOS PARENTE, brasileiro, solteiro, jornaleiro, residente e domiciliado nesta capital, resolvem ' firmar o presente Aditamento ao Têrmo de Autorização para Ocupação de Área, celebrado entre as mesmas partes em 15 de outubro de 1 971, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- A cláusula sexta do Têrmo de Autorização para ocupação de área situada na SQS. 109, destinada a instalação a título precário de Banca de Jornais e Revistas , passa a ter a seguinte redação: O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (cento e oito ' cruzeiros) depositados pelo autorizado, nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1 653/71. CLÁUSULA SEGUNDA- - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento principal ora aditado. CLÁUSULA TERCEIRA- Êste instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA QUARTA Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente '/ instrumento. - E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo . Pelo Distrito Federal, (as.) PAULO DA FONSECA VIANA. Pelo AUTORIZADO, (as.) EDIMAR VASCONCELOS PARENTE. - Testemunhas :/ (as.) FERNANDO OZÓRIO FILHO, e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 365/366 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 25/11/1971.

VISTO:
Em 1/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA — GERAL

TÊRMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO, EM 12 DE SETEMBRO DE 1 969, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL' DO BRASÍL - NOVACAP, TENDO POR OBJETO A ADMINISTRAÇÃO PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DE DIVERSAS OBRAS DESTINADAS A SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SERVIÇO DE LIMPEZA' URBANA. Na forma abaixo.

Aos vinte e três (23) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), no Gabinete ' da Superintendência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, presentes de um lado, o Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, re - presentando o Distrito Federal, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente ' exarada no Processo Nº 905 098/71, e, do outro lado, o Doutor DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro, residante e domiciliado nesta Capital, representado a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, doravante denominada simplesmente NOVACAP , na conformidade do Disposto no Artigo 3º da Lei Nº 2 874, de 19 de setembro de 1 956, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho ' de Administração da Emprêsa, em suas 786a e 674a., realizadas em 05 10.71 e 06.10.71, respectivamente, resolvem firmar o presente Têrmo de Renovação do Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 1 969, já aditado ' em 11 (onze) de setembro de 1 970, regulando a administração pela NOVACAP da construção de diversas obras destinadas a Secretaria de Serviços Públicos - Serviços de Limpeza Urbana, conforme a indicação dêste, em Brasília - Distrito Federal, observada a Instrução de Serviço "N" NOVACAP Nº 100/67, que fica fazendo parte integrante e inseparável do presente, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O valor do instrumento principal celebrado entre as mesmas partes em 12 (doze) de setembro de 1 969, passa' a ser de Cr$ 1 173.000,00 (hum milhão, cento e setenta e três mil , cruzeiros). A importância de Cr$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil cruzeiros), é proveniente do orçamento do Distrito Federal- Secretaria de Serviços Públicos, para o ano de 1 971 - Lei Nº5 641,de 03 de dezembro de 1 970, pela seguinte Categoria Econômica: 4.0.0.0 Despesas de Capital; 4.1.0.0 - Investimentos; 4.1.1.0 - Obras Públicas Programa 14- Saúde e Saneamento; Subprograma 11 - Seneamento Geral - Projeto SSP/1 071, Conclusão da Sede e Garagens Distritais, ' conforme Nota de Empenho Nº 033/71-SSP, no valor de Cr$173.000,00 - (cento e setenta e três mil cruzeiros), emitida pela Secretaria de Serviços Públicos: CLÁUSULA SEGUNDA- O prazo de vigência fixado na cláusula nona do instrumento principal, já prorrogado através do Têrmo Aditivo celebrado entre as mesmas partes em 11 (onze) de setembro de 1 970, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do presente instrumento no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA TERCEIRA- Ficam ratificadas e renovadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal e do Aditamento celebrado entre as mesmas partes em 12 de setembro de 1 969 e 11 de setembro de 1 970, respectivamente. CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir ' quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente ' em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal,do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo . Pelo Distrito ,ederal: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela NOVACAP: ' (a.) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA. Testemunhas: (a.) Geraldo Antônio ' de Medeiros Calado, e (a.) Rita de Cassia Amorim da Silva,

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 350/353 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 03/12/1971

VISTO:
Em 3/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA — GERAL

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO A MOTOR, SEM RESERVA DE DOMÍNIO. Na forma abaixo.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês ' de novembro de 1971 (mil novecentos e setenta e um), no Gabinete da Secretaria de Administração do Distrito Federal, presentes de um lado, o Doutor CID FERREIRA LOPES FILHO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, representando o DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº ' 13.124/70 e,do outro lado, o Senhor ALPHEU FREDI, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente COMPRADOR, resolvem firmar o presente Contrato ' de Compra e Venda de Veículos a motor, de acôrdo com as seguintes ' cláusulas e condições : CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL vende ao COMPRADOR pelo preço certo e ajustado de Cr$ 6.920,00 (seis mil , novecentos e vinte cruzeiros) os veículos a seguir discriminados: veículo marca Willys - tipo Rural, ano de fabricação: 1 961, côr preto bali, sem motor: veículo marca Willys - tipo Rural, ano de fabricação: 1 964, côr azul e amarelo, motor nº B4-209180: veículo marca ' Willys - tipo Rural, ano de fabricação: 1 967, côr: azul e amarelo , motor nº B7-301577: veículo marca Willys - tipo Pick-up, ano de fabricação: 1 961, côr: verde, sem motor, destinados ao uso particular bem como seus pertences, acessórios, conforme os ítens 1,7,25, e 66 do Edital de Concorrência nº 50/71-SEA. CLÁUSULA SEGUNDA - O COMPRAD se obriga a licenciar, emplacar e registrar os veículos mencionados na cláusula anterior, de conformidade com o que determina o artigo 117 e seus parágrafos, do Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 196 correndo por sua conta tôdas as despesas. CLÁUSULA TERCEIRA - O preço total da venda dos veículos descritos na cláusula primeira, é de Cr$ 6.920,00 (seis mil, novecentos e vinte cruzeiros), que o Comprador se obriga a pagar a vista no Serviço de Tesouraria-Geral da Divisão do Tesouro - Departamento da Despesa da Secretaria de Finanças ' do Distrito Federal. CLÁUSULA QUARTA - As despesas realizadas pelo COMPRADOR relativas aos veículos, bem como licenças, emplacamentos e demais tributos devidos à Fazenda Pública, serão de responsabilidade do COMPRADOR, sem qualquer direito de indenização em caso de perda ' da posse dos veículos por inadimplemento do Contrato. CLÁUSULA ' QUINTA Ao DISTRITO FEDERAL não assiste em qualquer tempo pelo presente Contrato nenhuma responsabilidade pelos defeitos ou irregularidades de funcionamento que os veículos possam vir a registrar .' CLÁUSULA SEXTA - O COMPRADOR terá o prazo de 30(trinta) dias a partir da data da assinatura do Contrato para proceder a retirada dos veículos da Garagem Central da Coordenação do Sistema de Transportes, localizada no Setor de Garagens Oficiais Norte (em frente a garagem da TCB), em Brasília - DF, após o prazo determinado nesta' cláusula sujeitar-se-á o COMPRADOR ao pagamento da importância de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros), por dia que exceder a êsse prazo por veículo. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato será publicado no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", correndo por conta do COMPRADOR as despesas decorrentes da sua publicação. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E,' estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo.' Pelo Distrito Federal: (a) CID FERREIRA LOPES FILHO: Pelo COMPRADOR ALPHEU FREDI. Testemunhas: (a) NANCY CARVALHO LIMA, e RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 311/312 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 16/11/1971

VISTO:
Em 3/12/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA — GERAL

EDITAIS E AVISOS

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº 80/71-TP-SEA - IMPRESSOS
EDITAL Nº 81/71-TP-SEA - CADEIRAS ESCOLARES PARA O ENSINO PRIMÁRIO
EDITAL Nº 82/71-TP-SEA - PERSIANAS, CORTINAS - TAPÊTES E PASSADEIRAS.

Informamos aos interessados que às 9:00, 15:00 e 17:00 horas do dia 14 de dezembro do ano em curso, estará reunida a Comissão de Licitação, a fim de receber propostas para fornecimento do material acima indicado, conforme Editais de Tomadas de Preços nºs 80, 81 e 82/71-TP-SEA.
Os Editais e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão do Material, situada no Edifício Seguradoras (IRB) - 1º andar - SBS - telefones 23-2653 e 23-6553.

Brasília, 29 de novembro de 1971

JOSÉ GERALDO DE LANA TÔRRES
Presidente da Comissão de Licitação

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Examo. Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III - 5º andar, que constam da pauta para a sessão que se realizará no dia 16 de dezembro de 1971 (quinta-feira), às 16:00 horas, ou sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s):

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 97/71
Recorrente: Marisa Cioffi Monteiro Esteves
Recorrida: Divisão de Tributos Imobiliários
Relator: Juiz Cláudio Oscar de Carvalho Sant'Anna

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 02 de dezembro de 1971.

RIVIA BARRETO MOURA
Chefe da Secretaria

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
- CAESB -

TOMADA DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços referente ao Edital nº 027/71-CAESB, para aquisição de uma pá carregadeira, destinada à COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, que será realizada na Sua Sala de Licitações no 5º andar do seu Edifício-Sede, no Setor Comercial Sul, quadra 13, nºs 67 a 97, em Brasília, DF., às 10:00 horas do dia 22 de dezembro de 1971.
As condições gerais para habilitação acham-se afixadas no seu Quadro de Avisos do 3º andar.

Brasília, 29 de novembro de 1971

ENGº JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA LIMA
Presidente da Comissão de Licitações

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETAR'IA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CITAÇÃO

O Secretário da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria de 23 de setembro de 1971, do Exmo. Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, em cumprimento de ordem da Sra. Presidenta da Comissão e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 222, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, CITA, pelo presente Edital, a DIVA GONÇALVES DE OLIVEIRA, Copeira, nível 4-A, matrícula nº 8793, do QPPDF, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação dêste no "Distrito Federal" e no "Correio Braziliense", comparecer à sede desta Comissão, no 16º andar do Edifício Brasília, Setor Bancário Sul, nesta Capital, a fim de apresentar defesa escrita no processo administrativo a que responde, sob pena de revelia.

Brasília, 30 de novembro de 1971

JOSÉ BONIFÁCIO ALEXANDRE
Secretário

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS - C.P.C.
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 024/71-CPC/SEC, PARA CONSTRUÇÃO DE CERCAS DE ALAMBRADO.

Chamamos a atenção das firmas interessadas para a seguinte retificação no Anexo Único da Tomada de Preços supracitada:

ONDE SE LÊ:
Escola Classe 05 da CEILÂNDIA
LEIA-SE:
1. Escola Classe 34 - EQ-QNM - 22/24 - CEILÂNDIA - 372 M/L e 186 SAPATAS
2. Escola Classe 35 - EQ-QNM - 8/10 - CEILÂNDIA - 372 M/L e 186 SAPATAS
3. Escola Classe 36 - EQ-QNM - 4/8 - CEILÂNDIA - 372 M/L e 186 SAPATAS
4. Escola Classe 37 - EQ-QNM - 1/3 - CEILÂNDIA - 372 M/L e 186 SAPATAS
5. Escola Classe 38 - EQ-QNM - 5/7 - CEILÂNDIA - 372 M/L e 186 SAPATAS

Brasília, 1º de dezembro de 1971

as) AMENAR COSTA SANTOS
Presidente

G.D.F. -- S.E.C.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS - C.P.C.
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 028/71-CPC/SEC, PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO.
TOMADA DE PREÇOS Nº 129/71-CPC/SEC, PARA AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA.
TOMADA DE PREÇOS Nº 030/71-CPC/SEC, PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA AUDITÓRIO.
TOMADA DE PREÇOS Nº 031/71-CPC/SEC, PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS.

Chamamos a atenção das firmas regularmente inscritas no Registro Central deFornecedores do Govêrno do Distrito Federal, para as Tomadas de Preços em epígrafe, que serão realizadas, respectivamente, às 10:00 e 16:00 horas do dia 13 de dezembro de 1971, horário êste referente às Tomadas nºs 028/71-CPC/SEC e 029/71-CPC/SEC. As tomadas de Nºs 030/71-CPC/SEC e 031/71-CPC/SEC, serão realizadas no dia 14 de dezembro de 1971 nos seguintes horários 10:00 e 16:00 horas, na sala de Concorrências da C.P.C., no 1º andar do Edifício Venâncio IV, sala nº 106 - SDS.
As condições gerais para habilitação, encontram-se afixadas no Quadro de Avisos do Órgão na Loja 05, do Ed. Venâncio IV - S.D.S.

Brasília, 29 de novembro de 1971

as) AMENAR COSTA SANTOS
Presidente

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Solicitamos o comparecimento dos servidores do Govêrno do Distrito Federal, abaixo relacionados, ao Serviço de Comunicações e Arquivo da Divisão de Serviços Gerais, da Secretaria de Administração, localizado no 4º andar do Edifício Brasília, para tratarem de assunto relacionado com documentos a serem retirados de processo.

ORDEM	N O M E	Nº DE PROCESSO
01	Acacia da Cruz Arrais	905393/71
02	Alvaro Barbosa Hardman	905376/71
03	Antonio Batista de Castro	905392/71
04	Antonio Ferreira da Silva	905388/71
05	Benedito Teixeira Araújo	905389/71
06	Dirceu de Assis Nobre	905428/71
07	Domingos Ramalho	905429/71
08	Donato Barros	905381/71
09	Edson Wagner G. Verdade	905430/71
10	Euri de Castro	905431/71
11	Expedito Pereira Silva	905395/71
12	Francisco Antonio Veloso	905396/71
13	Francisco Duarte da Costa	905374/71
14	Francisco C. Ferreira	905434/71
15	Francisco C. A. Martins	905435/71
16	Francisco das C. Duque	905398/71
17	Francisco das C. Ferreira	905399/71
18	Francisco Cordeiro Aragão	905397/71
19	Francisco H. de França	905436/71
20	Francisco R. de Souza	905437/71
21	João Monteiro da Silva	905361/71
22	Joaquim F. Sobrinho	905439/71
23	José Bezerra Maia	905377/71
24	José Fernandes de Souza	905364/71
25	José Ferreira Martins	905443/71
26	José F. da Silva Filho	905442/71
27	José Laurindo Dias	905444/71
28	José Santana da Silva	905387/71
29	Lázaro C. Guimarães	905390/71
30	Luiz Alves da Silva	905445/71
31	Luiz Soleo	905446/71
32	Manoel de C. Oliveira	905448/71
33	Manoel Costa Muniz	905447/71
34	Manoel J. de Santana	905449/71
35	Manoel Lopes da Silva	905378/71
36	Manoel dos Santos	905400/71
37	Milton C. do Nascimento	905402/71
38	Nadeja das M. Vieira	38588/67
39	Onofre da C. Prado	905403/71
40	Pedro Gonçalves Rosa	905370/71
41	Petronia Alves de Barros	905404/71
42	Rui Barbosa de Campos	905380/71
43	Silvio de Castro	905371/71
44	Teófilo F. Ribeiro	905404/71
45	Tereza Alves da Silva	905406/71
46	Tertuliano D. Cardoso	905373/71
47	Theodomiro N. Marques	905375/71
48	Valdomiro Melo Linhares	905407/71
49	Waldeci Gomes da Silva	905408/71
50	Zuleica Alvares da Fonseca	905409/71

Brasília, 03 de dezembro de 1 971.

MURILO MAIA DIAS
DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Solicitamos o comparecimento dos servidores do Govêrno do Distrito Federal, abaixo relacionados, ao Serviço de Comunicações e Arquivo da Divisão de Serviços Gerais, da Secretaria de Administração, localizado no 4º andar do Edifício Brasília, para tratarem de assunto relacionado com documentos a serem retirados de processo .

ORDEM	N O M E	Nº DE PROCESSO
01	Afonso Ruiz dos Santos	905421/71
02	Alerino dos R. e Silva	905422/71
03	Antonio José de Moura	905503/71
04	Antonio U. da Silva	905423/71
05	Ananias Ferreira Rosa	905498/71
06	Arcelino F. dos Santos	905424/71
07	Benedito Nilo Pereira	905425/71
08	Celestina F. C. Silva	905427/71
09	Donatilo do A. Borges	905494/71
10	Elisio Vieira Alencar	905559/71
11	Eutinio G. de Oliveira	905432/71
12	Expedito U. de Oliveira	905414/71
13	Francisca P. Araújo Lima	905433/71
14	Gelson C. da Cruz	905522/71
15	Helcio Barbosa de Castro	905499/71
16	Inácio Claro Lopes	905521/71
17	Jair Martins da Silva	905500/71
18	Jeminiano S. de Jesus	905519/71
19	João Batista da Silva	905517/71
20	João E. Dias dos Santos	905518/71
21	João Gonçalo Medeiros	905493/71
22	João Porfirio da Silva	905496/71
23	João de Souza Barbosa	905508/71
24	Joaquim Francisco dos Santos	905495/71
25	Joaquim Gonçalves dos Santos	905497/71
26	José A. F. Lima	905506/71
27	José Calado da Rocha	905492/71
28	José Lobato da Silva	905416/71
29	José Maria da Silva	905417/71
30	José Ribas Valadão	905515/71
31	José Rufino Pereira	905504/71
32	Juracy de Souza	905418/71
33	Manoel Machado	905505/71
34	Maria V. Soares Assis	905514/71
35	Onofre Ribeiro Oliveira	905501/71
36	Paulo Carbo Ruy	905510/71
37	Paulo V. Gonçalves	905511/71
38	Rosier de P. Vieira	905512/71
39	Sebastião Victor Camilo	905549/71
40	Sergio Gabriel de Matos	905550/71
41	Severino A. Ribeiro	905516/71
42	Sinvaldo Gomes Santos	905419/71
43	Tiago de Moura Lucas	905551/71
44	Vicente Inácio Almeida	905554/71
45	Waldemar Garcia	905490/71
46	Waldemar Teixeira Silva	905552/71
47	Walter Ferreira Almeida	905555/71
48	Wilma V. Gomes Andrade	905556/71
49	Wilson Antonio da Silva	905557/71
50	Zélia M. Araújo Brandão	905558/71

Brasília, 03 de dezembro de 1971.

MURILO MAIA DIAS
DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS